



Embrapa Agricultura Digital

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Pregão Eletrônico SRP - Embrapa nº 90003/2026 (UASG 135027)						
OBJETO: Registro de Preço para a futura e eventual aquisição de materiais de consumo (suprimentos de TI e materiais de expediente), novos e de primeiro uso , para atendimento das necessidades operacionais, administrativas e finalísticas de pesquisa da Embrapa Agricultura Digital, sediada em Campinas-SP, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).						
CRITÉRIO DE JULGAMENTO <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input type="checkbox"/> Maior Percentual de Desconto			MODO DE DISPUTA <input type="checkbox"/> ABERTO <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO			
Data de Abertura: 14/07/2026 às 09h00 , sítio www.gov.br/compras .						
Valor total estimado: Em regra sigiloso (Lei nº 13.303/2016 e RLCC), observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016.						
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026/2027, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 135027						
Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Anexo V - Autorização de Fornecimento/Serviço (AF/AS)	Por item <input checked="" type="checkbox"/> Por Lotes <input type="checkbox"/> Preço Global <input type="checkbox"/>	Requisitos Básicos: Item 8 do Edital	<input type="checkbox"/> Haverá inversão de fases (habilitação antes da apresentação das propostas e lances)? Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica Conforme disposto no item 6 do Termo de Referência		
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Possibilidade de preços diferentes	Possibilidade de oferta inferior à quantidade máxima	Prazo para envio da proposta/documentação adequada ao último lance ofertado
Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações				
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: cnptia.sps@embrapa.br		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço o endereço eletrônico: cnptia.sps@embrapa.br				

DAS PROPOSTAS

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

- Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;
- Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;
- Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.
- Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.
- Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

OBSERVAÇÕES GERAIS: HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO CATMAT/CATSER E O TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECE ESTA ÚLTIMA.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: **Embrapa Agricultura Digital**, sediado(a) **Avenida André Tosello 209 Campus da Unicamp Barão Geraldo - Campinas/SP**, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão e SRP, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do [Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001](#), aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U. 22/4/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.gov.br/compras.
- Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.
- O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DO OBJETO

- Constitui objeto da presente licitação a futura e eventual **aquisição de materiais de consumo (suprimentos de TI e materiais de expediente), novos e de primeiro uso**, para atendimento das necessidades operacionais, administrativas e finalísticas de pesquisa da Embrapa Agricultura Digital, sediada em Campinas-SP, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).
- Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.
- Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- É vedada a contratação, para a mesma Unidade da Embrapa, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 46 da Lei nº 13.303/2016. Se o presente certame prever a contratação simultânea, esta condição será devidamente estabelecida no Termo de Referência (Anexo I).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
 - penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei nº 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei nº 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei nº 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

a) Será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (☒) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (☒) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (☐) , conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

b) estabelece o limite máximo de até empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

3.14. É vedada a participação neste certame de órgão ou de entidade que já tenha participado em uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;

b) marca, se for o caso;

c) Fabricante, se for o caso;

d) Quantidade cotada, se for o caso;

e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema,

observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (zero vírgula zero um centavos).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

- a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

- a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;
- b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado

do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55 Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56 No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora. (art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.58 É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

6.59. Caso se trate de licitação em grupo ou lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

6.59.1. Não se aplica

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.2.1. conter vícios insanáveis;
- 7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- 7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.
- 7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.
- 7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.
- 7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:
- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:
- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
 - b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
 - c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 - d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
 - f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
 - g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
 - h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
 - i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
 - j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
 - k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.
- 7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)
- 7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.
- 7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.
- 7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.
- 7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.
- 7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas

brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação. (art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39, § 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.

8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.

8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.

8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Habilitação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o objeto licitado, de acordo com o item ofertado (art. 58, II da Lei 13.303/2016 - havendo parcela de relevância a ser destacada. Não havendo parcela de relevância, a comprovação se dará com relação à boa execução do objeto anteriormente);

b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

Qualificação Econômica-Financeira

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 05% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

- a) será acrescido em ____%(____ por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação [indicar um valor entre 10% a 30%](____);
- b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.(____)

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

- a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(☒) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(☐) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital no SEI .

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio da Embrapa e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A vigência da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.9. A adesão à Ata de Registro de Preços derivada do presente procedimento licitatório, por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal:

a) (☒) Será permitida, conforme justificativa e estimativa de quantidades estabelecidas no Termo de Referência, observado, sempre, o limite estabelecido no artigo 32 do Decreto 11.462/2023.

b) (☐) Não será permitida.

13.10. A Ausência de justificativa no processo licitatório sobre a permissão de adesão no presente Edital ou a ausência de estimativa dos quantitativos passíveis de adesão, previstas no item "a" do item 13.9, impedirão a operacionalização de adesão. (Acórdão TCU 1297/2015-Plenário, Acórdão TCU 2037/2019-Plenário e Acórdão TCU 855/2013-Plenário)

13.11. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços e o edital permitir essa utilização, deverão consultar a Embrapa para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.12. A Embrapa somente autorizará a adesão mediante a apresentação de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

13.12.1. O estudo, após aprovação pelo órgão gerenciador, poderá ser divulgado no Portal de Compras do Governo federal.

13.13. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Embrapa, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado ou do cadastro de reserva para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

15.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

16. PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC).

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

16.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. fraudar a licitação;

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. multa;

16.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

16.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.

16.7. Qualquer conduta não prevista no item 16.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 16.12 a 16.24 deste Edital.

16.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

16.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

16.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

16.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

16.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

16.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

16.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;

II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC);

III. edital cujas disposições foram infringidas;

IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

16.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do **PAA**, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do infrator;

II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;

III - finalidade da intimação;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.

V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;

VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

16.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

16.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

16.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

16.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

16.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

16.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

16.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

16.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

16.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

16.13.1. No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

16.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 16.13 deste edital.

16.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

16.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

16.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

16.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

16.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

16.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

16.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

16.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC).

16.18.3. O superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

16.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

16.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

16.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

16.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

16.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União,

hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

16.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

16.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

16.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

16.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

16.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

16.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

16.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

16.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

17. ATOS LESIVOS À Embrapa

17.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

17.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

17.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

17.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

17.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

17.7. A publicação a que se refere o item 17.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

17.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

17.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

17.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

17.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

18.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

18.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

18.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

18.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

18.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

18.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos

sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

18.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa: **Agricultura Digital**.

18.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

18.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

18.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

18.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

18.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

19.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

19.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

19.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

19.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de **Campinas - SP** com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

19.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) ANEXO III - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ;
- c) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO;
- d) ANEXO V - INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO.

Campinas/SP, 26 de junho de 2026

EDUARDO CAPUTI

Chefe-Adjunto de Administração da Embrapa Agricultura Digital

Portaria: 61/2022, de 17/01/2022 - BCA 03/2022

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto do presente Termo de Referência consiste na **aquisição de materiais de consumo (suprimentos de TI e materiais de expediente), novos e de primeiro uso**, para atendimento das necessidades operacionais, administrativas e finalísticas de pesquisa da Embrapa Agricultura Digital, sediada em Campinas-SP.

O fornecimento será realizado de **forma parcelada, sob demanda**, conforme as solicitações emitidas pela Unidade durante o período de vigência contratual, atendendo estritamente às especificações, padrões de qualidade e condições de entrega descritas neste documento.

A classificação dos bens objeto desta contratação é de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 (aplicada subsidiariamente) e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa. Essa classificação justifica-se pelo fato de que os padrões de desempenho, funcionalidade e qualidade destes materiais de consumo são amplamente consolidados no mercado e podem ser concisa e objetivamente definidos por meio de especificações usuais e referências comerciais conhecidas.

A contratação visa o restabelecimento contínuo dos níveis mínimos de inventário operacional da Unidade, evitando rupturas no suporte administrativo e paradas não programadas em sistemas tecnológicos ou de utilidades prediais essenciais para os laboratórios de pesquisa.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o abastecimento contínuo de materiais de consumo indispensáveis ao desempenho regular das atividades administrativas, técnicas e operacionais da Embrapa Agricultura Digital. Esses materiais são utilizados diariamente para suporte às rotinas internas, ao funcionamento de estações de trabalho, impressoras e demais equipamentos, de modo que sua indisponibilidade pode ocasionar atrasos, paralisações pontuais e prejuízos à eficiência institucional.

A justificativa e a relevância da aquisição desdobram-se nos seguintes aspectos técnicos, práticos e operacionais:

Manutenção da Infraestrutura e Suporte de TI: Os materiais de informática e conectividade caracterizam-se como bens de consumo comuns, amplamente disponíveis no mercado e necessários à manutenção rotineira da infraestrutura de tecnologia da informação. Tais itens são utilizados no suporte às estações de trabalho, redes locais e equipamentos de uso administrativo e técnico. Sua reposição contínua é essencial para evitar interrupções operacionais, assegurando o pleno funcionamento das atividades institucionais, sem demandar soluções tecnológicas complexas ou customizadas.

Continuidade Administrativa e Suporte de Escritório: Os materiais de expediente e papelaria, embora rotineiros, asseguram o fluxo documental, a instrução de processos físicos remanescentes e as rotinas de apoio logístico interno realizados pelas secretarias, supervisões e chefias. A ausência de itens essenciais de papelaria prejudica a eficiência da gestão interna e a formalização física de atos que demandem registros e arquivamentos seguros.

A opção pela contratação sob demanda, com entregas parceladas, representa a solução administrativa e logística mais eficiente para a Unidade. Esta modelagem evita o sobrecarregamento do espaço físico do Almoxarifado local, reduz os custos de controle patrimonial de inventários volumosos e elimina quase por completo os riscos associados à obsolescência precoce, degradação química ou física de materiais estocados por longos períodos (como pilhas, colas, fitas e suprimentos de impressão). Ademais, otimiza o fluxo de caixa institucional por meio do desembolso financeiro proporcional ao consumo real.

Por fim, considerando que o consumo dos itens é recorrente, porém não linear nem integralmente previsível, a adoção de contratação para fornecimento eventual e futuro, sob demanda, mostra-se a solução mais adequada para evitar o fracionamento indevido de despesas, reduzir o risco de desabastecimento e, ao mesmo tempo, impedir a formação de estoques excessivos, com potenciais perdas por deterioração, obsolescência ou extravio.

3) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação será conduzida em conformidade com as seguintes bases legais e normativas:

(a) Regime Jurídico Principal: A contratação em tela submete-se primariamente às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), que estabelece o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta é a legislação nuclear que rege as licitações e contratos da Embrapa.

(b) Lei Geral de Licitações: A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública em geral (tendo revogado as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002). Para as empresas estatais, esta lei serve como referência subsidiária e para a incorporação de melhores práticas e inovações em contratações públicas, para temas não tratados exaustivamente na Lei nº 13.303/2016 e sempre que sua aplicação for compatível com o regime jurídico das estatais.

(c) Norma Interna Específica: O Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios (RLCC) da Embrapa, aprovado pela Resolução Consad nº 277, de 21 de março de 2024, e publicado no Boletim de Comunicações Administrativas (BCA) nº 16/2024. Este regulamento interno, fundamentado na Lei nº 13.303/2016, estabelece as normas e procedimentos específicos para as licitações, contratos e convênios da Empresa, devendo ser integralmente observado.

(d) Orientações Complementares: A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) e as orientações normativas da Advocacia-Geral da União (AGU) deverão ser rigorosamente observadas como balizadores para a atuação da administração pública na condução do certame e na execução do contrato, garantindo a segurança jurídica e a adequação aos controles.

4. DESCRIÇÃO RESUMIDA E DETALHADA DO OBJETO

O objeto consiste no eventual e futuro fornecimento, sob demanda, de materiais de consumo, agrupados, em síntese, nos seguintes conjuntos: suprimentos de TI e materiais de expediente, todos novos e de primeiro uso.

4.1. Grupos de materiais

Para fins de organização do objeto, melhor definição das especificações e adequada gestão da contratação, os materiais de consumo abrangidos por esta contratação poderão ser agrupados, de forma exemplificativa, nos seguintes grupos:

Grupo 1 - Suprimentos de TI: Compreende, entre outros, pendrives, SSDs externos, adaptadores, teclados/mouses, fones de ouvido, suporte de monitor e demais insumos destinados ao funcionamento de equipamentos de TI, notebooks ou equipamentos correlatos, conforme padronização e compatibilidade com os equipamentos utilizados pela Unidade.

Grupo 2 - Materiais de expediente: Compreende papelaria, materiais para organização documental, escrita, arquivamento, acondicionamento, identificação e demais itens necessários ao suporte das rotinas administrativas e de escritório.

Observação: As especificações completas de todos os itens, incluindo quantidades estimadas, devem ser verificadas no Anexo I.

5) LOCAL DE ENTREGA E PRAZO

5.1 O fornecimento deverá ser efetuado na Embrapa Agricultura Digital, situada na Avenida André Tosello, nº 209 – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” (Campus da Unicamp), Bairro Barão Geraldo, Campinas/SP, CEP 13083-886, aos cuidados do Setor de Gestão de Patrimônio e Suprimentos/SPS.”

5.2 O prazo máximo para entrega dos equipamentos, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento (AF) pela Embrapa, será de **até 30 (trinta) dias corridos**.

6) CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1 O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR ITEM, em estrita conformidade com o disposto na Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), na Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no que couber), e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios (RLCC) da Embrapa. Para a formulação da proposta, a licitante deverá considerar a integralidade de todos os componentes, características técnicas, especificações e quantidades que compõem cada item da planilha de preços e do **Anexo I – Especificações Técnicas Detalhada deste Termo de Referência**, apresentando um valor global indissociável para cada item. O valor unitário de cada item corresponderá ao valor final a ser registrado para fins de participação na etapa de lances da licitação, sendo este o valor a ser adjudicado e homologado no certame, pela conveniência e oportunidade desta Administração.

6.2 Os preços propostos pela licitante deverão ser absolutamente completos, abrangentes e definitivos para cada item, contemplando a totalidade dos custos e despesas direta ou indiretamente relacionados à execução integral e satisfatória do objeto, desde a produção/aquisição até a entrega final no destino, sem a possibilidade de quaisquer ônus adicionais para a Contratante. Esta composição de custos inclui, mas não se restringe a:

- (a) Custos diretos e indiretos:** relativos à aquisição, processamento, montagem (se aplicável) e packaging dos equipamentos.
- (b) Mão de obra:** incluindo todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros de natureza empregatícia.
- (c) Materiais:** todos os insumos e componentes necessários para a entrega do objeto.
- (d) Tributos incidentes:** impostos, taxas, contribuições e quaisquer outros gravames fiscais, federais, estaduais e municipais, que recaiam sobre a operação, incluindo, mas não se limitando a IPI, ICMS, PIS, COFINS, ISSQN.
- (e) Taxa de administração:** quando aplicável ao modelo de negócio da licitante.
- (f) Seguros:** incluindo seguro de transporte e quaisquer outros que garantam a integridade dos bens até o recebimento definitivo pela Embrapa.
- (g) Fretes e Despesas de Transporte:** abrangendo transporte, embalagem, carregamento, descarregamento, manuseio e acondicionamento dos equipamentos desde a origem até o local de entrega especificado pela Embrapa.
- (h) Lucro:** margem de rentabilidade esperada pela empresa licitante.
- (i) Despesas acessórias e encargos:** quaisquer outras despesas, emolumentos, licenciamentos ou encargos necessários para a completa e regular execução do objeto.
- (j) Garantia:** custos referentes à garantia técnica mínima exigida, incluindo mão de obra, peças e deslocamento.
- (k) Serviços de Instalação/Configuração:** caso haja necessidade e esteja previsto em outro item ou seja parte indissociável do item (ex: sistema operacional pré-instalado e configurado).

Qualquer custo não expresso na proposta, mas inerente à plena execução do objeto e à conformidade com as especificações técnicas, será considerado de responsabilidade exclusiva da Contratada, não gerando direito a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou pagamentos adicionais.

6.3 Apresentação da Proposta de Preços: A licitante deverá apresentar em sua proposta de preços, conforme **modelo no Anexo II** deste Termo de Referência e/ou em documentação técnica anexa, de forma clara, precisa e inequívoca, as características técnicas exaustivas e detalhadas de cada produto a ser fornecido para cada item, incluindo, mas não se limitando a: marca, modelo, versão, capacidade, dimensões e quaisquer outros atributos relevantes para a identificação e avaliação da aderência às especificações. Adicionalmente, será exigida a declaração formal, por escrito e sem ressalvas, de que todos os produtos ofertados atendem integralmente e de forma irrestrita a todas as especificações técnicas mínimas, requisitos de quantidade, qualidade, garantia e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos. A ausência, inconsistência, ambiguidade ou a não comprovação de atendimento a qualquer um desses requisitos poderá implicar na desclassificação da proposta e na inabilitação da licitante, conforme o caso.

6.4 Da Apresentação da Qualificação Técnica: A licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: fornecimento de bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

7) VIGÊNCIA (CONTRATO)

7.1 Não se aplica, por se tratar de pedido sob demanda, devendo atender-se ao prazo de fornecimento estabelecido no item 5.2 deste Termo de Referência (TR) e da Autorização de Fornecimento (AF).

8) DA ETAPA DE LANCES

A etapa de lances será conduzida eletronicamente, após a classificação das propostas pelo Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação. As regras detalhadas para a oferta de lances, incluindo o formato e o encerramento, estarão dispostas no Edital/Termo de Referência (TR) do certame e na legislação aplicável. É de responsabilidade exclusiva da licitante o acompanhamento contínuo da sessão no sistema eletrônico. O sistema exibirá ao participante os dados sobre os lances em tempo real, garantindo a transparência e a isonomia do processo.

9) DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Análise de Conformidade: Encerrada a fase competitiva de lances e ordenadas as propostas remanescentes em ordem crescente de preços, será procedida a análise da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM. Para ser aceita, a proposta deverá estar em estrita conformidade com todas as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no **Anexo I – Especificações Técnicas Detalhadas**, cujo envio da documentação complementar será solicitado pelo Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação via sistema eletrônico.

9.2. Negociação: O Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação poderá negociar diretamente com a licitante que apresentou o menor preço classificado, buscando obter um preço ainda mais vantajoso para a Administração. Essa negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, observando-se o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não sendo admitida a negociação de condições contratuais diferentes daquelas previstas no Edital.

9.3. Ausência de Lances: Na hipótese de não haver lances durante a etapa competitiva, o Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação examinará a conformidade da proposta de menor preço inicialmente enviada com o valor estimado para a contratação. Nesses casos, será facultada a negociação direta com o proponente, via sala de mensagens eletrônicas do sistema, visando à redução do preço, nos mesmos moldes do subitem anterior.

9.4. Critérios de Desempate e Benefícios Legais: Serão rigorosamente observados os critérios de desempate e os benefícios legais conferidos às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em estrita conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, bem como com as demais normativas pertinentes.

9.4.1. Empate Ficto: Considera-se configurado o empate ficto quando a proposta de uma ME ou EPP for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço que não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

9.4.2. Rito para o Exercício do Direito de Preferência: Ocorrendo a situação de empate ficto, será procedido o seguinte rito para o exercício do direito de preferência:

- (a) A ME ou EPP mais bem classificada na situação de empate ficto será convocada a apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances. Se a condição for atendida, o objeto será adjudicado em seu favor.
- (b) Em caso de não contratação com a ME ou EPP convocada na alínea (a), serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes que se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para exercerem o mesmo direito.
- (c) Se houver equivalência de valores entre ME ou EPP que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento) de empate, será realizado um sorteio eletrônico para identificar qual delas terá a prioridade para apresentar a melhor oferta.

9.4.3. Resolução do Empate: Caso a contratação não se concretize nos termos previstos para as ME/EPP, a adjudicação do objeto licitado se dará em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.5. Convocação para Envio da Proposta Final: A licitante que tiver sua proposta aceita e for declarada vencedora, após a aplicação dos direitos de preferência, quando couber, será convocada pelo Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação para enviar, via sistema eletrônico, como anexo, sua proposta final no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação. Este prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro(a), mediante justificativa.

9.6. Requisitos da Proposta Anexa: A proposta anexa deverá ser elaborada e enviada conforme o modelo padrão disponibilizado no Edital, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que comprometam sua clareza ou validade. Deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos e informações, essenciais para a verificação e habilitação:

- (a) **Identificação Completa da Licitante:** Razão social, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), endereço completo (incluindo rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone, fax (se aplicável), endereço de e-mail, data de emissão, nome completo e cargo do representante legal responsável pela proposta. Adicionalmente, deverá ser informado o nome, cargo, CPF e RG do responsável pela empresa que assinará o Contrato, bem como os dados bancários completos (número da conta corrente, agência e banco) para fins de crédito.
- (b) **Especificações Técnicas Detalhadas dos Produtos:** Descrição clara e inequívoca de cada item ofertado, indicando marca, modelo, versão, e todos os elementos que identifiquem perfeitamente o produto, garantindo a conformidade com as configurações mínimas exigidas neste Termo de Referência (Anexo I) e no Edital. Deverá constar também o país de origem de fabricação.
- (c) **Preços Propostos:** Indicação dos preços unitários e totais ofertados para cada item.
- (d) **Prazo de Validade da Proposta:** Mínimo de 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data da sessão pública do pregão eletrônico, conforme modelo de proposta.
- (e) **Prazo de Garantia do Produto:** Informação expressa do prazo de garantia ofertado para cada produto, conforme exigência mínima do Termo de Referência.

9.7. Exame de Aceitabilidade da Proposta: O Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação realizará o exame de aceitabilidade da proposta de menor preço, avaliando sua conformidade com o valor estimado para a contratação e a correção da Proposta de Preços enviada como anexo. A decisão de aceitação ou recusa será devidamente motivada, em conformidade com as diretrizes do Edital e seus Anexos.

9.7.1. Correção de Falhas: Em caso de falha ou inconsistência no preenchimento da proposta anexa, o Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar à licitante, via mensagem eletrônica no sistema, que complemente, refaça ou efetue a correção necessária. Tal solicitação será acompanhada de um prazo determinado para atendimento e estará condicionada à não majoração do preço ofertado, sob pena de desclassificação da proposta.

9.8. Desclassificação da Proposta: A proposta será desclassificada caso:

- (a) Contenha vícios ou ilegalidades.
- (b) Não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e no Edital.
- (c) Apresente preços finais superiores ao valor máximo estabelecido para a contratação.
- (d) Apresente preços manifestamente inexequíveis.
- (e) Apresente preço baseado em outras propostas ou ofereça redução sobre a de menor valor.
- (f) Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- (g) Apresente valor zero ou valores irrisórios, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante para os quais haja renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- (h) Não comprove sua exequibilidade, em especial em relação ao preço apresentado, quando solicitado.

9.8.1. Preços Inexequíveis: Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos diretos e indiretos decorrentes da contratação pretendida, inviabilizando a execução do objeto conforme as exigências editalícias.

9.9. Proposta Subsequente: Se a proposta de menor preço for considerada não aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de envio/correção da proposta anexa, ou ainda, se não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que seja apurada uma proposta que atenda integralmente a todos os requisitos do Edital e deste Termo de Referência.

9.9.1. Negociação com Proposta Subsequente: Em qualquer fase de análise das propostas subsequentes, o Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante convocada para que seja obtido um preço mais vantajoso para a Administração.

9.10. Anúncio do Vencedor: Concluída a etapa de lances, e após a negociação com o licitante para obtenção de preço aceitável (quando aplicável), o Pregoeiro(a) anunciará formalmente a proposta vencedora do certame.

9.11. Validade da Proposta Vencedora: A validade da proposta vencedora, caso esteja expirada no momento da adjudicação, poderá ser prorrogada mediante a expressa concordância da licitante, por um período de 60 (sessenta) dias ou por prazo superior, conforme o interesse da Administração.

9.12. Formato de Envio da Proposta Anexa: O envio da proposta anexa, quando solicitado pelo Pregoeiro(a), deverá ser efetuado em arquivo único, preferencialmente no formato PDF, ou em outros formatos compatíveis com os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), como "Word", "Excel" ou "BrOffice", podendo, a critério da licitante, ser compactado. O não envio no prazo e formato corretos implicará na desclassificação da proposta.

10) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá cumprir rigorosamente as obrigações abaixo, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, no Edital, na Ata de Registro de Preços, na Autorização de Fornecimento e em seus anexos:

10.1 Do Fornecimento e da entrega:

- a) Fornecer os materiais novos, de primeiro uso, sem avarias e em perfeitas condições de uso, conforme as especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.
- b) Realizar a entrega dos itens no local indicado no item 5.1 deste TR, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Autorização de Fornecimento (AF), ou outro prazo específico previsto para item determinado.
- c) Assegurar que os produtos estejam em conformidade com todas as normas técnicas e regulamentações aplicáveis, inclusive as da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), quando couber.
- d) Disponibilizar, quando aplicável, no ato da entrega, manuais de instrução, certificados de garantia, fichas técnicas, catálogos, licenças de software ou demais documentos necessários ao uso regular do item fornecido.

10.2 Da Qualidade e Garantia:

- e) Prestar garantia técnica mínima para todos os produtos fornecidos, a contar da data de aceitação definitiva, conforme prazo estabelecido na descrição

detalhada do(s) item(ns).

f) Realizar, durante o período de garantia, a substituição ou reparo de produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem ônus adicionais para a Contratante e em tempo hábil para não prejudicar as atividades da Embrapa.

g) Manter equipe técnica qualificada para prestar o suporte e a assistência técnica necessária aos produtos, quando solicitado.

10.3 Da Conduta e Conformidade:

h) Cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, no que couber, caso haja tratamento de dados pessoais durante a execução contratual.

i) Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação sem prévia e expressa autorização da Embrapa.

j) Abster-se de utilizar a marca, logotipos ou qualquer referência à Embrapa Agricultura Digital para fins de publicidade ou divulgação sem a devida autorização formal da Contratante.

k) Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato.

l) Arcar com todas as despesas relativas a transportes, fretes, seguros, mão de obra, tributos, taxas e quaisquer outros ônus necessários ao cumprimento integral do objeto.

10.4 Das Sanções:

m) Sujeitar-se às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC), e demais normas aplicáveis, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

n) Sem prejuízo de outras sanções, em caso de atraso injustificado na entrega dos equipamentos, estará sujeita à aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor dos itens em atraso, limitada a **10% (dez por cento)** do valor total dos itens da Autorização de Fornecimento (AF) ou do valor total do contrato, o que for menor, ou outra penalidade proporcional à gravidade da infração, conforme previsto no Edital e minuta de contrato.

11) OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Embrapa Agricultura Digital terá as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras previstas em lei e no edital:

11.1 Do Acompanhamento e Fiscalização:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, por meio de seu(s) fiscal(is) técnico(s) e administrativo(s), devidamente designado(s).

b) Fornecer as informações e o apoio necessários para a correta execução do objeto, dentro das possibilidades da Contratante.

11.2 Do Recebimento e Pagamento:

c) Realizar o recebimento dos produtos em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

d) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e condições estabelecidas no Edital e na Autorização de Fornecimento (AF), após a regular entrega, aceitação e ateste da nota fiscal/fatura.

11.3 Da Informação:

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratada, relacionados à execução do objeto.

12) DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado em duas fases, conforme segue:

12.1 Recebimento Provisório: O recebimento provisório dos produtos ocorrerá após a entrega, e será atestado por servidor designado, por meio de termo circunstanciado ou documento equivalente. Esta etapa visa a verificação visual da integridade dos produtos e a conformidade das quantidades e modelos entregues com o solicitado na Autorização de Fornecimento (AF). O prazo para o recebimento provisório será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega.

12.2 Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo será realizado após a verificação da qualidade, funcionalidade e desempenho de todos os produtos, bem como a apresentação de toda a documentação exigida (manuais, certificados de garantia, licenças). O recebimento definitivo será atestado por servidor designado, por meio de termo circunstanciado ou documento equivalente, após a comprovação de que os produtos atendem plenamente a todas as especificações e condições deste Termo de Referência. O prazo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento provisório.

13) DO PAGAMENTO

13.1. Prazo e Condições Gerais: O pagamento do preço contratado será efetuado pela Embrapa no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo empregado designado, e após o recebimento definitivo dos produtos, conforme as etapas de verificação e aceitação especificadas no Item 12 deste Termo de Referência e a emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

13.2. Vencimento em Dia Não Útil: Caso a data de vencimento do documento fiscal (Nota Fiscal/Fatura) recaia em dia sem expediente na Embrapa (sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos), o pagamento será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. Meio e Dados Bancários: O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária (OB), em conta corrente e agência bancária a serem explicitamente indicadas pela Contratada no corpo da Nota Fiscal/Fatura ou em documento fiscal equivalente. É de responsabilidade da Contratada a correta e clara informação dos dados bancários.

13.4. Retenções Tributárias: Sobre os valores brutos referentes ao fornecimento de produtos, a Embrapa procederá às retenções na fonte dos tributos federais e, quando aplicável, das contribuições sociais e demais encargos legais, em estrita observância à legislação vigente. As retenções abrange, mas não se limitam a:

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);

(b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

(c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

(d) Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público (PIS/PASEP). Estas retenções serão realizadas conforme as alíquotas e as regras estabelecidas nas Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), especialmente a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas atualizações, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades.

13.4.1. Outras Retenções (ISSQN e INSS): Adicionalmente, quando aplicável pela natureza do serviço agregado ou do produto, serão retidas as alíquotas correspondentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e à Contribuição Previdenciária (INSS), conforme a legislação municipal e federal específica.

13.4.2. Destaque em Nota Fiscal e Consequências: A Contratada deverá destacar os valores ou percentuais correspondentes a todas as retenções devidas, quando da emissão das Notas Fiscais/Faturas. O não destaque, o destaque incorreto ou a falta de cumprimento das obrigações acessórias poderá implicar na retenção pelo valor integral ou na suspensão do pagamento até a regularização.

13.4.3. Regime de Recolhimento do Simples Nacional: Caso a Contratada seja Optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura e

com a mesma data de emissão desta, uma DECLARAÇÃO formal, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada por seu representante legal e com carimbo do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Esta declaração deverá atestar sua condição de optante pelo Simples Nacional e informar que não há retenção dos impostos federais mencionados no subitem 13.4, em conformidade com o Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (ou legislação que a suceder). A ausência ou irregularidade desta declaração implicará na retenção dos tributos, conforme a regra geral.

13.5. Responsabilidade da Contratada: A Embrapa não se responsabilizará por quaisquer ônus decorrentes de incorreções na apresentação dos dados bancários ou na emissão da Nota Fiscal/Fatura por parte da Contratada.

14) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES CONTRATUAIS

A inexecução, total ou parcial, das obrigações assumidas pela Contratada em decorrência deste Termo de Referência, do Edital, da Autorização de Fornecimento e dos demais instrumentos que regem a contratação, configurará infração administrativa. Tais infrações sujeitarão a Contratada à aplicação de sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), no Decreto nº 11.462, de 2023, e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos causados à Embrapa. Ressalta-se que a imposição de qualquer sanção será precedida de processo administrativo formal, assegurando-se à Contratada o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

14.1. Modalidades de Sanções Aplicáveis: A Embrapa, no exercício de sua prerrogativa de fiscalização e gestão contratual, poderá aplicar à Contratada, de forma isolada ou cumulativa, as seguintes modalidades de sanções administrativas, cuja gradação observará a natureza e a gravidade da infração cometida:

- Advertência;
- Multa;
- Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar com a Embrapa.

14.2. Da Advertência: A sanção de Advertência, de caráter formal e registrado, será aplicada quando ocorrer o descumprimento de obrigações contratuais que, embora relevantes, sejam consideradas de natureza leve e não acarretem prejuízo significativo à Embrapa ou à execução do objeto. A decisão pela aplicação da advertência será proferida a critério da Embrapa, mediante justificativa fundamentada que ateste a inadequação de penalidade mais severa. Contudo, a reincidência em faltas que motivaram advertência, ou o cometimento de nova infração de maior gravidade, poderá ensejar a aplicação de penalidade mais severa, como a multa, de modo a coibir a continuidade da conduta inadequada.

14.3. Da Multa por Inexecução ou Falha Contratual: A penalidade de multa será imposta sempre que a Contratada incorrer em descumprimento de obrigações contratuais que causem prejuízo à Embrapa, comprometam a regularidade da execução do objeto, ou não se enquadrem nas hipóteses de advertência ou impedimento direto. O valor da multa será calculado sobre o valor total do item específico, do contrato ou da Autorização de Fornecimento, conforme o grau de incidência da infração e o percentual correspondente.

14.3.1. Escala de Cálculo da Multa: O percentual da multa, a ser aplicado sobre o valor total registrado em Ata, será determinado conforme o grau de gravidade da infração:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	(0,5% do valor total registrado em ata)
2	(1% do valor total registrado em ata)
3	(1,5% do valor total registrado em ata)
4	(2% do valor total registrado em ata)
5	(5% do valor total registrado em ata)
6	(10% do valor total registrado em ata)

14.3.2. Classificação das Infrações e Incidência da Multa: As condutas infracionais sujeitas à aplicação de multa e os respectivos graus de incidência são detalhados a seguir, visando a clareza e a previsibilidade para a Contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço com atraso em relação ao prazo estipulado	2	Por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição indevida de material.	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
8	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência

14.3.3. Cumulatividade e Limite da Multa: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções administrativas. O valor total acumulado das multas aplicadas durante a vigência do contrato não poderá ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do item contratado, sob pena de rescisão unilateral do contrato. A aplicação da multa não isenta a Contratada da obrigação de indenizar a Embrapa por perdas e danos que excedam o valor da penalidade.

14.3.4. Processo de Recolhimento da Multa: As multas aplicadas deverão ser recolhidas pela Contratada em favor da Embrapa, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação formal da decisão de aplicação da multa. O comprovante de recolhimento deverá ser encaminhado à Embrapa. A Embrapa reserva-se o direito de descontar o valor da multa diretamente de quaisquer pagamentos devidos à Contratada e/ou da garantia de execução contratual prestada, observada a legislação vigente. Caso o valor a ser descontado pela Embrapa seja insuficiente para cobrir o total da multa aplicada, a Contratada será compelida a recolher o saldo devedor no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial do saldo devedor, sob pena de inscrição em Dívida Ativa da União e demais medidas legais cabíveis.

14.4. Do Impedimento de Licitar e Contratar com a Embrapa: A sanção de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar com a Embrapa constitui uma das penalidades mais severas, implicando na proibição de participar de novas licitações e de celebrar contratos com esta Empresa Pública, bem como no

descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 2 (dois) anos. Esta penalidade será aplicada nos casos de inexecução parcial ou total grave das obrigações contratuais. A caracterização da inexecução parcial ou total grave dar-se-á pelos seguintes critérios:

14.4.1. Critério de Inexecução por Quantidade de Infrações Acumuladas: Atingimento de um número mínimo de infrações acumuladas, conforme a gradação a seguir, que determinará o grau e o tempo da sanção de impedimento:

Quantidade de infrações		
Grau	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	07 ou mais	12 ou mais
2	06 ou mais	11 ou mais
3	05 ou mais	10 ou mais
4	04 ou mais	07 ou mais
5	03 ou mais	05 ou mais
6	02 ou mais	03 ou mais

14.4.2. Critério de Inexecução por Acúmulo de Multas: Atingimento de um somatório de multas aplicadas igual ou superior a 8% (oito por cento) do valor total registrado em ata para caracterizar a inexecução parcial, ou igual ou superior a 12% (doze por cento) do valor total registrado em ata para caracterizar a inexecução total, conforme as multas tipificadas no subitem 14.3.2.

14.4.3. Disposições Finais sobre o Impedimento: Esta sanção será aplicada sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total registrado em ata, e das demais cominações legais cabíveis, incluindo a possibilidade de rescisão do contrato e indenização por perdas e danos.

15) DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NO CERTAME

15.1. Participação Exclusivamente Individual: No presente certame licitatório, será admitida a participação de empresas de forma exclusivamente individual, ou seja, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nem de cooperativas. Esta diretriz visa a assegurar a simplicidade processual, a clareza na atribuição de responsabilidades e a eficiência na gestão contratual, sem prejuízo da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.2. Justificativa para a Não Admissão de Consórcios e Cooperativas: A decisão de restringir a participação a empresas de forma individual, vedando a formação de consórcios e a participação de cooperativas, fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos, jurídicos e de conveniência administrativa, em estrita conformidade com o disposto no art. 15, inciso IV, da Lei nº 13.303, de 2016, e no art. 15, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, que permitem a restrição justificada da participação em consórcios:

(a) Natureza e Complexidade do Objeto: O objeto desta contratação, que compreende a aquisição de **materiais de consumo (suprimentos de TI e materiais de expediente), novos e de primeiro uso**, insere-se na categoria de bens comuns, caracterizados por sua padronização e por especificações que podem ser objetivamente definidas pelo mercado. A inerente baixa a média complexidade tecnológica desses itens e a ausência de demandas que requeiram a conjugação de capacitações técnicas, operacionais ou econômico-financeiras complementares entre diferentes entidades, tornam desnecessária a participação agrupada. As soluções almejadas são integralmente passíveis de fornecimento por empresas que operam de forma individual no mercado.

(b) Suficiência e Adequabilidade da Capacidade Individual: A análise de mercado previamente conduzida e a experiência da Embrapa em aquisições de natureza similar demonstram a existência de um amplo e qualificado universo de empresas capazes de atender, de forma individualizada e em sua totalidade, a todas as exigências técnicas, operacionais e econômico-financeiras estabelecidas no edital. Dessa forma, a permissão para a formação de consórcios ou a participação de cooperativas não se configura como um requisito indispensável para a garantia da execução contratual nem para a ampliação da disputa competitiva.

(c) Otimização da Simplicidade Processual e Eficiência Administrativa: A admissão de consórcios e cooperativas tende a introduzir um grau acentuado de complexidade nas diversas fases do processo licitatório e, subsequentemente, na gestão contratual. Procedimentos como a verificação de habilitação de múltiplos integrantes, a necessidade de controle sobre os instrumentos constitutivos e eventuais alterações de composição do consórcio, bem como a avaliação das particularidades legais e operacionais das cooperativas (notadamente em relação ao regime de trabalho dos cooperados), exigiria um dispêndio desproporcional e injustificado de tempo e recursos administrativos por parte da Embrapa. Essa complexidade se mostra inócua diante da natureza do objeto, que pode ser eficientemente gerido por uma única pessoa jurídica.

(d) Clareza e Direcionalidade na Atribuição de Responsabilidades: A celebração de contratos com uma única entidade jurídica simplifica de forma significativa a atribuição de responsabilidades, tanto na fase de execução quanto nos procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades. Embora a legislação preveja a responsabilidade solidária em consórcios, a gestão de comunicações, a resolução de intercorrências e a imputação de sanções podem se tornar consideravelmente mais complexas. Para cooperativas, a fiscalização da relação entre a cooperativa e seus cooperados na consecução do objeto contratado pode gerar desafios adicionais. A participação individual, portanto, promove maior transparência, direcionalidade e efetividade na relação contratual e na gestão dos deveres e ônus.

(e) Preservação da Competitividade do Certame: A vedação à participação de consórcios e cooperativas, no contexto específico desta aquisição, não representa uma limitação indevida à competitividade. Pelo contrário, ao eliminar as complexidades administrativas e jurídicas associadas à gestão de entidades multi-participes, a Embrapa busca atrair um número ainda maior de licitantes focados exclusivamente na apresentação da proposta mais vantajosa para o fornecimento de bens comuns. Tal medida promove um ambiente de disputa justo, eficiente e concentrado na qualificação individual das empresas para atender plenamente ao objeto.

15.3. Requisitos de Habilitação da Licitante Individual: A licitante participante, por se apresentar individualmente, deverá demonstrar, em todas as fases do certame (habilitação e proposta), que possui, por si só, todos os requisitos de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista exigidos no Edital, para a execução integral e satisfatória do objeto.

16) DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

16.1. Detalhamento de Especificações e Quantidades: As especificações técnicas mínimas e as quantidades necessárias para os produtos objeto desta contratação estão detalhadas no **Anexo I do presente Termo de Referência**, que é parte integrante e indissociável deste documento.

16.2. Para o item 66 - Papel A4, medindo 210x297mm, alcalino, 75gr/m , resma com 500 folhas branca , a empresa vencedora deverá apresentar a certificação florestal da fabricante do produto e, no caso de papel branco, certificação de processo de branqueamento que não utilize cloro elementar.

17) DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será tratado como sigiloso, em conformidade com o disposto no art. 31, § 3º, inciso II, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), e nas disposições pertinentes do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa (RLCC), que permitem à Administração optar pelo sigilo do orçamento estimado com o objetivo de assegurar a competitividade do certame e obter a proposta mais vantajosa.

17.1. Apuração do Valor e Base Legal: O valor global estimado para esta licitação será apurado com base em pesquisa de mercado, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e suas eventuais atualizações.

17.2. Caráter Estimativo das Quantidades: As quantidades de itens especificadas neste Termo de Referência e no Edital constituem mera estimativa para fins de planejamento da contratação, não se configurando, em hipótese alguma, como compromisso futuro de aquisição ou como quantidades mínimas a

serem consumidas pela Embrapa Agricultura Digital. Tais quantidades poderão sofrer alterações em decorrência das necessidades da Embrapa, sem que isso gere qualquer direito à indenização para a licitante contratada.

17.3. Prevalência das Especificações do Edital: Em caso de eventual divergência entre as especificações dos itens detalhadas no Edital e aquelas constantes do sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerão sempre as especificações pormenorizadas no Edital. Esta regra se justifica pela limitação intrínseca do CATMAT – Catálogo de Material do COMPRASNET, que nem sempre permite a identificação de códigos que reflitam precisamente as especificações técnicas complexas ou específicas que se pretende contratar.

18) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos orçamentários da Embrapa Agricultura Digital, conforme dotação a ser indicada no respectivo processo licitatório.

19) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Quaisquer casos omissos ou dúvidas referentes à interpretação ou execução deste Termo de Referência serão dirimidos pela Embrapa Agricultura Digital, com base na legislação pertinente.

19.1. Legislação Aplicável e Condutas: À presente licitação e ao contrato dela decorrente aplicam-se a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016, o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e, subsidiariamente, a Lei nº 14.133/2021. Condutas criminosas relacionadas a licitações e contratos, incluindo as previstas no Código Penal e na Lei nº 12.846/2013, serão apuradas na forma da lei.

19.2. Contagem de Prazos: Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil, considerando o horário de funcionamento da unidade da Embrapa em Campinas-SP.

19.3. Foro Competente: Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir questões relativas ao contrato, com renúncia a qualquer outro.

19.4. Sigilo e Confidencialidade: A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre informações confidenciais da Embrapa a que tiver acesso em razão do contrato, obrigação que persiste após o término da vigência contratual.

19.5. Comunicações: As comunicações e notificações formais entre as partes deverão ser realizadas por escrito e protocoladas, ou por meio eletrônico oficial, conforme estabelecido no contrato.

20) RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborador

LUCIANO BENEDITO CALDEIRA DE LIMA (SPS)

Analista
Mat. 337912

NANCÍ CASSINI MANZOTI ANDRADE (SPS)

Técnica
Mat. 313723

JOSÉ MIVALDO OLIVEIRA SANTOS (SIL)

Supervisor
Mat. 331914

DÁCIO MIRANDA FERREIRA (NTI)

Supervisor
Mat. 355198

Conferente

INDRIATI ILSE NANGOI (SPS)

Analista
Mat. 354899

21) APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando a análise das justificativas técnicas e econômicas apresentadas, bem como a conformidade com as diretrizes e requisitos estabelecidos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, e demais normas pertinentes, **APROVO** o presente Termo de Referência.

Este Termo de Referência contém as condições e especificações necessárias e adequadas para a contratação dos bens e serviços descritos, demonstrando a pertinência, a necessidade e a vantajosidade para a Embrapa Agricultura Digital.

EDUARDO CAPUTI

Chefe Adjunto de Administração da Embrapa Agricultura Digital

Matrícula: 273728

Portaria: N. 61/2022, de 17/01/2022

Anexo I – Especificações Detalhadas dos Itens

O detalhamento completo das especificações e quantidades está disposto neste Anexo I.
A seguir, apresenta-se a descrição técnica dos 92 itens a serem adquiridos:

ITEM	Cód CATMAT	Cod SAP	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA
1	449093	1021299	Aparelho Telefônico IP VoIP Gigabit PoE Referência: Yealink SIP-T33G	UND.
2	628830	1021345	Case Adaptador USB SSD M.2 NVMe SATA Gabinete Externo Portátil (Case/Adaptador) para SSD M.2 (NVMe e SATA) Compatibilidade de Protocolos: Suporte dual e simultâneo (Dual Protocol) para SSDs com barramento NVMe (PCIe) e barramento SATA. Compatibilidade de Conectores/Chaves (Keys): Suporte a SSDs NVMe com chave M-Key e B+M Key. Suporte a SSDs SATA com chave B+M Key. Fator de Forma Suportado: Compatibilidade nativa com os tamanhos de SSD M.2 padronizados: 2230, 2242, 2260 e 2280. Interface de Conectividade Externa: Saída física no gabinete em conexão USB Tipo-C (USB-C). Compatibilidade de Protocolos de Transmissão: O dispositivo deve ser retrocompatível e operar perfeitamente com barramentos/portas hospedeiras do tipo:USB 3.0 / USB 3.1 / USB 3.2 (Gerações 1 e 2). USB4. Thunderbolt 3 e Thunderbolt 4. Taxa de Transferência de Dados: Capacidade de transmissão de dados de até, no mínimo, 10 Gbps (quando operando em protocolo NVMe sobre portas compatíveis). Material de Construção: Corpo/Gabinete construído em alumínio ou liga metálica de alta condutividade térmica, projetado para dissipação passiva de calor do SSD, dispensando o uso de coolers barulhentos. Instalação: Sistema de instalação do SSD do tipo "ferramenta livre" (Tool-Free) ou acompanhado dos acessórios necessários para fixação interna sem danos ao circuito. Suporte a tecnologia Plug-and-Play e Hot-Swap (sem necessidade de drivers para instalação nos principais sistemas operacionais). Acessórios Inclusos: * 01 (um) Cabo de dados USB-C para USB-C e/ou cabo híbrido (USB-C para USB-A) compatível com as velocidades especificadas. Almofada térmica (Thermal Pad) para auxiliar na dissipação de calor do SSD. Compatibilidade de Sistemas Operacionais: Compatível com Windows 10/11 ou superior, macOS 10.x ou superior, Linux e Android. Padrão de Referência: Orico Dual Protocol M.2 NVMe/SATA Enclosure, Ugreen M.2 Dual Protocol Case, ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UND.
3	313931	1015305	Bateria Lítio 3V CR2032 Especificações: Tipo: Bateria dse Lítio (Li) para uso em dispositivos portáteis Modelo: CR2032 Embalagem: Embalagem com no mínimo 5 unidades Voltagem nominal: 3V (volts) Capacidade nominal: ≥ 220 mAh (miliampere-hora) Diâmetro: 20 mm Espessura: 3,2 mm Peso: Aproximadamente 3g por célula Vida útil: Mínimo de 3 a 5 anos (dependendo do uso e condições do dispositivo) Características de segurança: Proteção contra curtos-circuitos, sobrecarga e superaquecimento Material do invólucro: Aço inoxidável ou material resistente à corrosão Testes de qualidade: Certificação de que as baterias passaram por testes rigorosos de desempenho e segurança. Garantia: garantia mínima de 1 (um) ano Padrão de referência: Energizer 2032 3V – 5 unidades Duracell CR2032 3V – 5 unidades	UND.

4	400478	3007688	Cabo de Conexão Direta SFP28 25G curto Especificações: Tipo: Cabo de conexão direta passivo (DAC – Direct Attach Copper) Interface: SFP28 (Small Form-factor Pluggable 28) Taxa de Transmissão: 25Gbps Condutor: Cobre de alta pureza (AWG 30 ou superior) Conectores: SFP28 em ambas as extremidades com travas metálicas Tipo de Cabo: Twinaxial (Twinax), blindado Temperatura de operação: 0°C a 70°C Consumo de energia: < 0.1 W (passivo) Compatibilidade: Totalmente compatível com equipamentos com portas SFP28 (backward compatible com SFP+ 10G) Hot-Swappable: Sim Comprimento: No mínimo 50 cm e no máximo 65 cm Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: CAB-ZSP/ZSP-P0.5M FN-CABLE-SFP28-05-HPC SFP-H25G-CU0.5M	UND.
5	632113	3007688	Cabo de Conexão Direta SFP28 25G 1 metro Especificações: Tipo: Cabo de conexão direta passivo (DAC – Direct Attach Copper) Interface: SFP28 (Small Form-factor Pluggable 28) Taxa de Transmissão: 25Gbps Condutor: Cobre de alta pureza (AWG 30 ou superior) Conectores: SFP28 em ambas as extremidades com travas metálicas Tipo de Cabo: Twinaxial (Twinax), blindado Temperatura de operação: 0°C a 70°C Consumo de energia: < 0.1 W (passivo) Compatibilidade: Totalmente compatível com equipamentos com portas SFP28 (backward compatible com SFP+ 10G) Hot-Swappable: Sim Comprimento: 1 metro Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: CABLE-SFP28-1-HPC CAB-ZSP/ZSP-P1M SFP-H25G-CU1M	UND.
6	445144	3007688	Cabo de Conexão Direta SFP28 25G 1,5 metro Especificações: Tipo: Cabo de conexão direta passivo (DAC – Direct Attach Copper) Interface: SFP28 (Small Form-factor Pluggable 28) Taxa de Transmissão: 25Gbps Condutor: Cobre de alta pureza (AWG 30 ou superior) Conectores: SFP28 em ambas as extremidades com travas metálicas Tipo de Cabo: Twinaxial (Twinax), blindado Temperatura de operação: 0°C a 70°C Consumo de energia: < 0.1 W (passivo) Compatibilidade: Totalmente compatível com equipamentos com portas SFP28 (backward compatible com SFP+ 10G) Hot-Swappable: Sim Comprimento: 1,5 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: SFP-H25G-CU1.5M	UND.

7	470412	3007688	Cabo de Conexão Direta SFP28 25G 2 metros Especificações: Tipo: Cabo de conexão direta passivo (DAC – Direct Attach Copper) Interface: SFP28 (Small Form-factor Pluggable 28) Taxa de Transmissão: 25Gbps Condutor: Cobre de alta pureza (AWG 30 ou superior) Conectores: SFP28 em ambas as extremidades com travas metálicas Tipo de Cabo: Twinaxial (Twinax), blindado Temperatura de operação: 0°C a 70°C Consumo de energia: < 0.1 W (passivo) Compatibilidade: Totalmente compatível com equipamentos com portas SFP28 (backward compatible com SFP+ 10G) Hot-Swappable: Sim Comprimento: 2 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: SFP-H25G-CU2M CAB-ZSP/ZSP-P2M	UND.
8	445146	3007688	Cabo de Conexão Direta SFP28 25G 3 metros Especificações: Tipo: Cabo de conexão direta passivo (DAC – Direct Attach Copper) Interface: SFP28 (Small Form-factor Pluggable 28) Taxa de Transmissão: 25Gbps Condutor: Cobre de alta pureza (AWG 30 ou superior) Conectores: SFP28 em ambas as extremidades com travas metálicas Tipo de Cabo: Twinaxial (Twinax), blindado Temperatura de operação: 0°C a 70°C Consumo de energia: < 0.1 W (passivo) Compatibilidade: Totalmente compatível com equipamentos com portas SFP28 (backward compatible com SFP+ 10G) Hot-Swappable: Sim Comprimento: 3 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: SFP-H25G-CU3M CAB-ZSP/ZSP-P3M	UND.
9	437666	1002980	Cabo de Rede UTP CAT 6 de 1,5 metro Especificações: Tipo: Cabo de rede UTP (Unshielded Twisted Pair – par trançado não blindado) Categoria: CAT6 (ANSI/TIA-568-C.2) Condutores: 100% cobre (condutor sólido ou flexível multifilado, conforme aplicação) Bitola do condutor: 24 AWG (máximo) Conectores: RJ-45 macho em ambas as extremidades. Conectores com capa protetora (boot) para alívio de tensão. Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen), com resistência a chamas Desempenho de transmissão: Largura de banda de até 250 MHz. Suporte a velocidades de até 1 Gbps (Gigabit Ethernet). Compatível com PoE e PoE+ (IEEE 802.3af/at). Padrão de montagem: T568A ou T568B Impedância característica: 100 ± 15 ohms Comprimento: 1,5 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: Patch Cord Cat6 Sohoplus 1,5m – Furukawa	UND.

10	465452	1021346	Cabo de Rede UTP CAT 6 de 2 metros Especificações: Tipo: Cabo de rede UTP (Unshielded Twisted Pair – par trançado não blindado) Categoria: CAT6 (ANSI/TIA-568-C.2) Condutores: 100% cobre (condutor sólido ou flexível multifiado, conforme aplicação) Bitola do condutor: 24 AWG (máximo) Conectores: RJ-45 macho em ambas as extremidades. Conectores com capa protetora (boot) para alívio de tensão. Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen), com resistência a chamas Desempenho de transmissão: Largura de banda de até 250 MHz. Suporte a velocidades de até 1 Gbps (Gigabit Ethernet). Compatível com PoE e PoE+ (IEEE 802.3af/at). Padrão de montagem: T568A ou T568B Impedância característica: 100 ± 15 ohms Comprimento: 2 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: Patch Cord Cat6 Sohoplus 2m – Furukawa	UND.
11	482232	1021347	Cabo de Rede UTP CAT 6 de 3 metros Especificações: Tipo: Cabo de rede UTP (Unshielded Twisted Pair – par trançado não blindado) Categoria: CAT6 (ANSI/TIA-568-C.2) Condutores: 100% cobre (condutor sólido ou flexível multifiado, conforme aplicação) Bitola do condutor: 24 AWG (máximo) Conectores: RJ-45 macho em ambas as extremidades. Conectores com capa protetora (boot) para alívio de tensão. Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen), com resistência a chamas Desempenho de transmissão: Largura de banda de até 250 MHz. Suporte a velocidades de até 1 Gbps (Gigabit Ethernet). Compatível com PoE e PoE+ (IEEE 802.3af/at). Padrão de montagem: T568A ou T568B Impedância característica: 100 ± 15 ohms Comprimento: 3 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: Patch Cord Cat6 Sohoplus 3m – Furukawa	UND.
12	461977	1002982	Cabo de Rede UTP CAT 6 de 5 metros Especificações: Tipo: Cabo de rede UTP (Unshielded Twisted Pair – par trançado não blindado) Categoria: CAT6 (ANSI/TIA-568-C.2) Condutores: 100% cobre (condutor sólido ou flexível multifiado, conforme aplicação) Bitola do condutor: 24 AWG (máximo) Conectores: RJ-45 macho em ambas as extremidades. Conectores com capa protetora (boot) para alívio de tensão. Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen), com resistência a chamas Desempenho de transmissão: Largura de banda de até 250 MHz. Suporte a velocidades de até 1 Gbps (Gigabit Ethernet). Compatível com PoE e PoE+ (IEEE 802.3af/at). Padrão de montagem: T568A ou T568B Impedância característica: 100 ± 15 ohms Comprimento: 5 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido e conformidade com restrição de substâncias perigosas (RoHS) Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação Padrão de referência: Patch Cord Cat6 Sohoplus 5m – Furukawa	UND.
13	448723	1018628	Cabo HDMI 2.0 de 1,5 metro Especificações: Tipo: Cabo HDMI 2.0 macho para transmissão de vídeo digital de alta definição (HDTV, FullHD 1080p, 4k, 3D) e áudio digital multicanal Revestimento: Emborrachado ou PVC flexível Conectores: Banhados a ouro 24k e injetados para maior durabilidade Blindagem: Dupla contra interferências eletromagnéticas (EMI) e radio frequência (RFI) Medida: 1,5 metros Modelos de referência: Cabo HDMI 2.0 Exbom CBX-H2B15SM Cabo HDMI 2.0 Grasep	UND.

14	628061	1019235	<p>Cabo HDMI 2.0 de 2 metros</p> <p>Especificações: Tipo: Cabo HDMI 2.0 macho para transmissão de vídeo digital de alta definição (HDTV, FullHD 1080p, 4k, 3D) e áudio digital multicanal Revestimento: Emborrachado ou PVC flexível Conectores: Banhados a ouro 24k e injetados para maior durabilidade Blindagem: Dupla contra interferências eletromagnéticas (EMI) e radio frequência (RFI) Medida: 2 metros</p> <p>Modelos de referência: Cabo HDMI 2.0 HD 4K 60Hz – Baseus Cabo HDMI 2 Metros Dupla Blindagem Reforçado – Avani</p>	UND.
15	628061	1019802	<p>Cabo HDMI 2.0 de 3 metros</p> <p>Especificações: Tipo: Cabo HDMI 2.0 macho para transmissão de vídeo digital de alta definição (HDTV, FullHD 1080p, 4k, 3D) e áudio digital multicanal Revestimento: Emborrachado ou PVC flexível Conectores: Banhados a ouro 24k e injetados para maior durabilidade Blindagem: Dupla contra interferências eletromagnéticas (EMI) e radio frequência (RFI) Medida: 3 metros</p> <p>Modelos de referência: Cabo HDMI 2.0 HD 4K 60Hz – Baseus Cabo HDMI 2 Metros Dupla Blindagem Reforçado – Avani</p>	UND.
16	447093	1015307	<p>Cabo HDMI 2.0 de 5 metros</p> <p>Especificações: Tipo: Cabo HDMI 2.0 macho para transmissão de vídeo digital de alta definição (HDTV, FullHD 1080p, 4k, 3D) e áudio digital multicanal Revestimento: Emborrachado ou PVC flexível Conectores: Banhados a ouro 24k e injetados para maior durabilidade Blindagem: Dupla contra interferências eletromagnéticas (EMI) e radio frequência (RFI) Medida: 5 metros</p> <p>Modelos de referência: Cabo HDMI 2.0 HD 4K 60Hz – Baseus Cabo HDMI 2 Metros Dupla Blindagem Reforçado – Avani</p>	UND.
17	437886	1021348	<p>Cabo Óptico Breakout, MPO Para 4XLC OS2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabo Óptico MPO Breakout / Patch Cord Fanout • Tipo de Cabo: Patch Cord Breakout/Fanout com conectores ópticos polidos em fábrica. • Configuração de Conectores: 1x MPO Fêmea (8 Fibras) em uma extremidade para 4x LC Duplex (totalizando 8 Fibras) na outra extremidade. • Tipo de Fibra: Monomodo (SMF - Single-Mode Fiber). • Comprimento de onda: 1310/1550nm. • Contagem de Fibras: 8 Fibras (4 pares, sendo 4x TX e 4x RX). • Tipo de Polimento dos Conectores: MPO: APC (Angled Physical Contact). LC: UPC (Ultra Physical Contact). • Polaridade: Método B (Cruzado/Invertido). • Comprimento do cabo: 1 metro. • Perda de Inserção (IL): Máxima de ≤0,35 dB para o conector MPO; e Máxima de ≤0,25 dB para os conectores LC. Típica (Típ.) ≤0,15 dB. • Perda de Retorno (RL): Mínima de ≥50 dB (LC/UPC) e Mínima de ≥60 dB (MPO/APC e LC/APC, se aplicável). • Diâmetro do Cabo: Aproximadamente 3,0 mm (ou conforme padrão para cabo Tight Buffer). • Revestimento/Jaqueta: LSZH (Low Smoke Zero Halogen). • Taxa de Dados Suportada: 100 Gbps e retrocompatibilidade com 4 x 25 Gbps ou 4 x 10 Gbps. • Certificações e Normas: Deve ser homologado pela ANATEL e em conformidade com as normas TIA/EIA-568-C.3 (ou superior), IEC 61754-7 (MPO) e IEC 61754-20 (LC), além de RoHS Compliant. • Garantia: Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. • Documentação: Fornecimento obrigatório de Relatório de Teste Óptico (Perda de Inserção e Perda de Retorno) por conector, realizado pelo fabricante para o lote fornecido. • O cabo deve ser compatível com o Switch Dell EMC S5232F-ON 32 portas 100G QSFP28, para ligação utilizando Transceiver 100GBASE-PSM4 QSFP28 1310nm 500m. • Garantia mínima de 1 ano. 	UND.

18	317031	1021349	<p>Chaveador KVM 2x2 HDMI, USB 3.0, 4K 60Hz, HDR10</p> <p>Para 2 monitores e 2 computadores - Compatível com Windows, MacOS e Linux Versão Displayport mais atual (1.4) mas compatível com qualquer versão anterior Versão HDMI mais atual (2.1) mas compatível com qualquer versão anterior Versão USB 3.0 de alta velocidade, mas compatível com qualquer versões anteriores USB</p> <p>Portas frontais: 4 portas USB 3.0 ou superior</p> <p>Portas traseiras: 3 portas HDMI, 1 entrada para cada PC e uma saída para o monitor 3 portas DisplayPort, 1 entrada para cada PC e uma saída para o monitor 2 portas USB 3.0, uma para cara PC</p> <p>Modelo de referencia: Konacron KC105</p>	UND.
19	614663	1021410	<p>Cordão Óptico de 5m MPO Para MPO Multimodo OM4 Tipo B LSZH 100G</p> <p>Cabo óptico MPO (Multiple-Fiber Push-On) / Compatível MTP. Configuração de conectores: 1x Conector-Polimento A: MPO-UPC Fêmea (12F) e 1x Conector-Polimento B: MPO-UPC Fêmea (12F). Tipo de Polaridade: Método Tipo-B (cruzado, invertido). Tipo de Fibra: MMF - OM4 50/125µm Multimodo. Tamanho do Cabo: 5 metros. Revestimento do Cabo: LSZH (Low smoke zero halogen). Taxa de Dados Suportados: 40~100Gbps. Comprimento de onda: 850/1300nm. Perda de inserção: 0.35dB máximo (Típicamente: 0.15dB). Perda de retorno: ≥20dB. Perda por km: ≤2,3 dB/km em 850nm ≤0,6 dB/km em 1300nm. Raio de Curvatura Mínima: 7.5mm. Carga elástica da instalação: 100N. Durabilidade: ≥200 vezes. Temperatura de operação: -10°C ~ +70°C Certificações: HOMOLOGADO ANATEL, CE, FCC, RoHS Compliant. Garantia mínima de 1 ano.</p> <p>Modelo de referência: Cabo MPO para MPO Fêmea 10m, 12 Fibras, OM4 G651.1 50/125 Multimodo, Tipo B LSZH Magenta Miljet (MJ-MPO12-M4BO5)."</p>	UND.
20	614663	1021411	<p>Cordão Óptico 10m MPO Para MPO Multimodo OM4 TIPO B LSZH 100G</p> <p>Cabo óptico MPO (Multiple-Fiber Push-On) / Compatível MTP. Configuração de conectores: 1x Conector-Polimento A: MPO-UPC Fêmea (12F) e 1x Conector-Polimento B: MPO-UPC Fêmea (12F). Tipo de Polaridade: Método Tipo-B (cruzado, invertido). Tipo de Fibra: MMF - OM4 50/125µm Multimodo. Tamanho do Cabo: 10 metros. Revestimento do Cabo: LSZH (Low smoke zero halogen). Taxa de Dados Suportados: 40~100Gbps. Comprimento de onda: 850/1300nm. Perda de inserção: 0.35dB máximo (Típicamente: 0.15dB). Perda de retorno: ≥20dB. Perda por km: ≤2,3 dB/km em 850nm ≤0,6 dB/km em 1300nm. Raio de Curvatura Mínima: 7.5mm. Carga elástica da instalação: 100N. Durabilidade: ≥200 vezes. Temperatura de operação: -10°C ~ +70°C Certificações: HOMOLOGADO ANATEL, CE, FCC, RoHS Compliant. Garantia mínima de 1 ano.</p> <p>Modelo de referência: Cabo MPO para MPO Fêmea 10m, 12 Fibras, OM4 G651.1 50/125 Multimodo, Tipo B LSZH Magenta Miljet (MJ-MPO12-M4BO10).</p>	UNID.

21	391835	1021412	<p>Cordão Óptico OM4 de 1,5 metro</p> <p>Especificações: Tipo: Cordão óptico duplex OM4 Tipo de fibra: Multimodo OM4 (50/125 µm) Tipo de conector: LC duplex (LC/LC – ambos os lados) - Conectores com trava tipo "push-pull" - Polimento do tipo UPC (Ultra Physical Contact) Perda de inserção máxima: ≤ 0,3 dB Perda de retorno mínima: ≥ 30 dB Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen) Classificação de chama: Conforme IEC 60332-1 (mínimo) Normas e Conformidades: ANSI/TIA-568.3-D (padrões de fibra óptica) / ISO/IEC 11801 / IEC 61754-20 (conectores LC) / IEC 60793-2-10 tipo A1a.3 (fibra OM4) / RoHS e REACH (livre de substâncias perigosas) Rótulo de identificação: Em ambos os lados (com código, tipo e comprimento) Comprimento: 1,5 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido Garantia Mínimo de 1 (um) ano</p> <p>Modelo de referência: Patch Cord Óptico Multimodo (MM) Duplex LC/LC OM4 50/125 1,5m OPTIC SUL</p>	UND.
22	391835	1021413	<p>Cordão Óptico OM4 de 2 metros</p> <p>Especificações: Tipo: Cordão óptico duplex OM4 Tipo de fibra: Multimodo OM4 (50/125 µm) Tipo de conector: LC duplex (LC/LC – ambos os lados) - Conectores com trava tipo "push-pull" - Polimento do tipo UPC (Ultra Physical Contact) Perda de inserção máxima: ≤ 0,25 dB Perda de retorno mínima: ≥ 35 dB Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen) Classificação de chama: Conforme IEC 60332-1 (mínimo) Normas e Conformidades: ANSI/TIA-568.3-D (padrões de fibra óptica) / ISO/IEC 11801 / IEC 61754-20 (conectores LC) / IEC 60793-2-10 tipo A1a.3 (fibra OM4) / RoHS e REACH (livre de substâncias perigosas) Rótulo de identificação: Em ambos os lados (com código, tipo e comprimento) Comprimento: 2 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido Garantia: Mínimo de 1 (um) ano</p> <p>Modelo de referência: Cordão Óptico Multimodo LC/UPC OM4 Furukawa 2 Metros</p>	UND.
23	391835	1021414	<p>Cordão Óptico OM4 de 3 metros</p> <p>Especificações: Tipo: Cordão óptico duplex OM4 Tipo de fibra: Multimodo OM4 (50/125 µm) Tipo de conector: LC duplex (LC/LC – ambos os lados) - Conectores com trava tipo "push-pull" - Polimento do tipo UPC (Ultra Physical Contact) Perda de inserção máxima: ≤ 0,25 dB Perda de retorno mínima: ≥ 35 dB Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen) Classificação de chama: Conforme IEC 60332-1 (mínimo) Normas e Conformidades: ANSI/TIA-568.3-D (padrões de fibra óptica) / ISO/IEC 11801 / IEC 61754-20 (conectores LC) / IEC 60793-2-10 tipo A1a.3 (fibra OM4) / RoHS e REACH (livre de substâncias perigosas) Rótulo de identificação: Em ambos os lados (com código, tipo e comprimento) Comprimento: 3 metros Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido Garantia Mínimo de 1 (um) ano</p> <p>Modelo de referência: Cordão Óptico Multimodo LC/UPC OM4 Furukawa 3 Metros</p>	UND.

24	391835	1021415	<p>Cordão Óptico OM4 de 5 metros</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo: Cordão óptico duplex OM4</p> <p>Tipo de fibra: Multimodo OM4 (50/125 µm)</p> <p>Tipo de conector: LC duplex (LC/LC – ambos os lados) - Conectores com trava tipo "push-pull" - Polimento do tipo UPC (Ultra Physical Contact)</p> <p>Perda de inserção máxima: ≤ 0,25 dB</p> <p>Perda de retorno mínima: ≥ 35 dB</p> <p>Revestimento externo: PVC ou LSZH (Low Smoke Zero Halogen)</p> <p>Classificação de chama: Conforme IEC 60332-1 (mínimo)</p> <p>Normas e Conformidades: ANSI/TIA-568.3-D (padrões de fibra óptica) / ISO/IEC 11801 / IEC 61754-20 (conectores LC) / IEC 60793-2-10 tipo A1a.3 (fibra OM4) / RoHS e REACH (livre de substâncias perigosas)</p> <p>Rótulo de identificação: Em ambos os lados (com código, tipo e comprimento)</p> <p>Comprimento: 5 metros</p> <p>Certificação: Homologado Anatel com número de certificação válido</p> <p>Garantia Mínimo de 1 (um) ano</p> <p>Modelo de referência:</p> <p>Cordão Óptico Multimodo LC/UPC OM4 Furukawa 5 Metros</p>	UND.
25	311028	1003266	<p>Etiquetadora/Rotulador Portátil</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo: Etiketadora portátil de uso profissional</p> <p>Compatibilidade de Aplicação: Identificação de cabos de rede UTP/FTP/STP. Etiquetagem de painéis de patch, tomadas, racks, blocos de terminais e componentes elétricos.</p> <p>Condutores: 100% cobre (condutor sólido ou flexível multifido, conforme aplicação)</p> <p>Tecnologia de Impressão: Impressão térmica direta</p> <p>Resolução de Impressão: Mínimo de 180 dpi (preferível 300 dpi para melhor legibilidade)</p> <p>Largura Máxima da Fita: Até 24 mm. Compatível com fitas de 6 mm, 9 mm, 12 mm, 18 mm e 24 mm.</p> <p>Tipos de Fitas Compatíveis: Fitas laminadas resistentes à abrasão, água, produtos químicos e desbotamento. Fitas flexíveis próprias para enrolamento em cabos. Fitas termorretráteis (opcional).</p> <p>Recursos de Impressão: Impressão de texto em vários tamanhos, códigos de barras, símbolos, QR codes. Impressão vertical e horizontal. Opção de impressão em sequência e numeração automática.</p> <p>Conectividade: Interface USB ou Bluetooth para integração com computador e/ou smartphone.</p> <p>Operação autônoma com teclado QWERTY integrado.</p> <p>Display: Tela LCD retroiluminada</p> <p>Velocidade de Impressão: Mínimo de 20 mm/seg</p> <p>Certificações: CE, FCC e RoHS</p> <p>Alimentação: Bateria recarregável de lítio ou pilhas AA. Fonte de alimentação CA para uso contínuo.</p> <p>Recursos Extras: Cortador automático ou semi-automático de etiquetas. Armazenamento de modelos/etiquetas pré-configuradas.</p> <p>Etiquetas: Deve vir acompanhada de 10 unidades de etiquetas compatíveis com o modelo da etiquetadora ofertado com dimensões mínimas de 19mm x 4,8m.</p> <p>Garantia Mínimo de 2 (dois) anos direto do fabricante</p> <p>Modelos de referência:</p> <p>Brady M210</p> <p>Brother PT-E550WVP</p> <p>DYMO Rhino 5200</p>	UND.
26	320241	1021416	<p>Etiquetas adesivas para identificação de cabos</p> <p>Folha de etiquetas para organização de cabos com no mínimo 30 etiquetas.</p> <p>Produzidas com material de alta qualidade, impermeável, à prova d'água, anti-chamas e resistente a rasgos.</p> <p>Uso em redes de computadores.</p> <p>Permitir escrita com caneta ou impressoras a laser.</p> <p>Deve ser fornecida como folhas contendo as etiquetas, para escrita e destacamento.</p> <p>Cada etiqueta individual deve ter no mínimo 84mm de comprimento, 26mm de altura total, 10mm para cada linha e 37mm na área destinada à escrita.</p> <p>Cor branca ou clara, para fácil visualização ao escrever com caneta esferográfica.</p>	UND.

27	482185	1007528	<p>Headset USB Estéreo com Fio</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo: Headset estéreo com microfone</p> <p>Conectividade: Headset com conexão para cabo USB-C e um adaptador USB-A</p> <p>Compatibilidade: Windows, macOS e Linux. Deve ser certificado para Microsoft Teams.</p> <p>Tipo de microfone: Integrado com haste ajustável e cancelamento de ruído</p> <p>Braço de microfone: Flexível com rotação de no mínimo 270° a esquerda ou a direita</p> <p>Qualidade de áudio: Equalizador dinâmico com áudio de banda larga e processamento de sinal digital (DSP) que permite configurações de equalização personalizadas</p> <p>Cancelamento de ruído: Almofadas com isolamento acústico passivo</p> <p>Controle de áudio: Controle de volume e botão mute integrados no cabo ou na estrutura</p> <p>Ajuste: Haste ajustável e almofadada, com espuma nas conchas e revestimento confortável</p> <p>Sensibilidade do microfone: $\geq -42 \text{ dB} \pm 3 \text{ dB}$</p> <p>Impedância: Entre 32 e 60 ohms</p> <p>Comprimento do cabo: Mínimo de 1,5 metros</p> <p>Peso: Inferior a 250 g</p> <p>Garantia: Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses</p> <p>Modelo de referência:</p> <p>Logitech Zone Wired</p>	UND.
28	329340	1003279	<p>Kit Teclado e Mouse sem fio</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo: Teclado padrão ABNT2</p> <p>Conectividade: Sem fio (wireless) com receptor USB</p> <p>Layout: Português (Brasil) – ABNT2 com tecla "Ç"</p> <p>Alimentação: Pilha ou bateria (inclusa no fornecimento)</p> <p>Teclas: Mínimo de 104 teclas com tecnologia silenciosa</p> <p>Alcance de operação: Mínimo de 8 metros sem interferência</p> <p>Indicadores: LEDs de status (ex: Caps Lock, bateria)</p> <p>Compatibilidade: Windows 10/11, macOS, Linux, Chrome OS</p> <p>Recursos adicionais: Resistência a respingos de líquidos</p> <p>Garantia mínima: 1 (um) ano</p> <p>Tipo: Óptico, 3 botões com scroll</p> <p>Conectividade: Sem fio (wireless) com receptor USB (mesmo do teclado)</p> <p>Sensor: Óptico com resolução mínima de 1000 DPI</p> <p>Alimentação: Pilha ou bateria (inclusa no fornecimento)</p> <p>Design: Ergonômico, ambidestro (uso por destros e canhotos)</p> <p>Compatibilidade: Windows 10/11, macOS, Linux, Chrome OS</p> <p>Alcance de operação: Mínimo de 8 metros sem interferência</p> <p>Garantia mínima: 1 (um) ano</p> <p>Modelos de referência:</p> <p>Logitech MK345</p> <p>Multilaser TC251</p>	UND.
29	427978	1021417	<p>Lanterna Pendente de LED 3W</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo: Lanterna Pendente de LED 3W com Base Magnética e Recarregável para Rack de Data Center</p> <p>Gancho com rotação: 360°</p> <p>Base com rotação: 180°</p> <p>Material: ABS</p> <p>Tipo de LED: 3WCOB + 1W LED (no topo)</p> <p>Lúmen: 220lm/40lm</p> <p>Modo: 100%, COB 50%, COB - 1W LED ON-OFF</p> <p>Bateria: Lítio - 1200Mah</p> <p>Cabo USB: 80 cm</p> <p>Outras características: Ímã na base e parte traseira do produto</p> <p>Garantia Mínimo de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação</p> <p>Modelo de referência:</p> <p>Lanterna LED LT2052</p>	UND.
30	451823	1003278	<p>Mouse Óptico sem fio</p> <p>Especificações:</p> <p>Design ergonômico padrão para uso destro ou ambidestro. Possuir no mínimo 5 botões funcionais (incluindo scroll). Tecnologia de clique silencioso. Conectividade dupla: via receptor USB (frequência de 2.4 GHz) e via Bluetooth. Resolução mínima de 2000 DPI. Cor: Grafite.</p> <p>Compatibilidade com sistemas operacionais Windows e Linux.</p> <p>Padrão Referência: Logitech M650</p>	UND.

31	627327	1003268	Pen Drive USB-A de 128GB Especificações: Interface USB Tipo-A, padrão USB 3.2 Gen 1, velocidade de leitura mínima de 220 MB/s, com estrutura externa em metal. Modelo de referência de qualidade: Kingston DataTraveler SE9 G3 (DTSE9G3/128GB) ou equivalente, ou de qualidade superior.	UND.
32	627326	1003269	Pen drive USB-A de 256GB Especificações: Capacidade de armazenamento: 256GB (mínimo) Interface: USB 3.2 Gen 2 Velocidade de leitura: ≥ 600 MB/s Velocidade de gravação: ≥ 400 MB/s Conectividade: Plug and Play, sem necessidade de driver adicional em sistemas modernos (Windows, macOS, Linux) Compatibilidade: Compatível com sistemas de arquivos FAT32, exFAT e NTFS Material do corpo: Plástico ABS de alta resistência ou alumínio Conector: Padrão USB tipo A (macho); com tampa protetora ou mecanismo retrátil opcionais Segurança: Possuir tecnologia de correção de erros (ECC) e proteção contra sobrecarga/sobretensão Durabilidade: ≥ 10.000 ciclos de gravação/remoção Temperatura de operação: 0°C a 60°C Temperatura de armazenamento: -20°C a 85°C Certificações: Possuir ao menos uma das seguintes certificações: CE, RoHS, FCC ou Anatel. Identificação: Identificação de marca visível e número de série Autenticidade: O produto deve ser capaz de ter sua autenticidade auferida de acordo com as orientações da fabricante (não serão aceitos produtos não genuínos) Garantia: 5 anos de garantia contra defeitos de fabricação (com troca direta e atendimento nacional) Modelo de referência: Kingston DataTraveler Max 256GB USB 3.2 Gen 2 (Tipo-A)	UND.
33	627326	1003269	Pen drive USB-C de 256GB Especificações: Capacidade de armazenamento: 256GB (mínimo) Interface: USB 3.2 Gen 2 Velocidade de leitura: ≥ 600 MB/s Velocidade de gravação: ≥ 400 MB/s Conectividade: Plug and Play, sem necessidade de driver adicional em sistemas modernos (Windows, macOS, Linux) Compatibilidade: Compatível com sistemas de arquivos FAT32, exFAT e NTFS Material do corpo: Plástico ABS de alta resistência ou alumínio Conector: Padrão USB tipo C (macho); com tampa protetora ou mecanismo retrátil opcionais Segurança: Possuir tecnologia de correção de erros (ECC) e proteção contra sobrecarga/sobretensão Durabilidade: ≥ 10.000 ciclos de gravação/remoção Temperatura de operação: 0°C a 60°C Temperatura de armazenamento: -20°C a 85°C Certificações: CE, RoHS, FCC e Anatel Identificação: Identificação de marca visível e número de série Garantia: 5 anos de garantia contra defeitos de fabricação (com troca direta e atendimento nacional) Modelo de referência: Kingston DataTraveler Max 256GB USB 3.2 Gen 2 (Tipo-C)	UND.

34	629992	5001999	<p>Rack de Parede de 16Us Padrão 19"</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo: Rack de parede com capacidade de 16Us</p> <p>Padrão de Montagem: Padrão EIA-310-D (19 polegadas)</p> <p>Profundidade: Mínimo de 580 mm</p> <p>Estrutura: Aço SAE 1020 ou similar com tratamento anticorrosivo. Espessura mínima da chapa: 1,2 mm (estrutura), 1,0 mm (tampa e laterais). Pintura eletrostática epóxi na cor preta (RAL 9005) ou grafite.</p> <p>Porta Frontal: Porta frontal com visor em acrílico ou vidro temperado e fechadura com chave.</p> <p>Laterais: Painéis laterais removíveis com fecho rápido ou parafusados e ventilação lateral.</p> <p>Ventilação: Espaço para instalação de ventiladores. Deve vir com 1 ou mais ventiladores já instalados.</p> <p>Entrada de Cabos: Entrada superior e inferior com passagens escovadas ou pré-cortadas.</p> <p>Suporte para dutos organizadores internos.</p> <p>Capacidade de Carga: Capacidade mínima de 40 kg distribuídos (preferencialmente ≥ 50 kg).</p> <p>Acessórios Inclusos ou Compatíveis: Trilhos ajustáveis de profundidade (par de montantes frontais e traseiros). Kit de parafusos M6 com gaiolas. Barramento de terra. No mínimo 2 organizadores de cabos e 1 bandeja.</p> <p>Normas Técnicas: Compatível com os padrões ANSI/EIA RS-310-D, IEC 60297-3, DIN 41494.</p> <p>Homologado pela Anatel (quando aplicável).</p> <p>Garantia Mínimo de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação</p> <p>Modelos de referência:</p> <p>Rack Gabinete 16U 600X 800X 600Mm 19" 46213 - Cemar Legrand</p>	UND.
35	465493	1006257	<p>Rolo de Velcro Dupla Face</p> <p>Tamanhos: 20mm de largura e 3 Metros de comprimento.</p> <p>Cor: preto.</p> <p>Material: Nylon.</p> <p>Uso: abraçadeira de cabeamento de rede.</p>	UND.
36	390879	1021418	<p>Transceptor Óptico 100GBASE-PSM4 QSFP28 MPO-12/APC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transceiver óptico para porta de 100Gbps no formato QSFP28 (Form Factor). • Taxa de Dados: 100Gbps (Dividido em 4 canais de 25Gbps cada, retrocompatível com 4 canais de 10Gbps cada). • Protocolos: QSFP28 MSA, SFF-8636, IEEE 802.3-2012, CAUI-4. • Comprimento de Onda: 1310nm. • Distância Máxima: 500 metros sobre fibra OS2. • Tipo de Fibra (Media): SMF (Single Mode Fiber – Monomodo). • Conector: MTP/MPO-12 APC (Polimento Angulado). • Tipo de Transmissor: 4x DFB (Distributed Feedback Laser). • Tipo de Receptor: PIN (Photodiode). • Potência de Transmissão (TX Power): -9.4 a 2dBm. • Potência Mínima do Receptor: -12.66dBm. • Orçamento de Potência (Power Budget): 3.26dB. • Sobrecarga do Receptor (Overload): 2dBm. • Consumo de Energia Máximo: 3.5W. • Modulação (Elétrica e Óptica): 4x 25Gb/s NRZ. • Recursos Adicionais: DDM/DOM suportado (Monitoramento Digital em Tempo Real) e CDR (Clock and Data Recovery) integrado em TX e RX. • Faixa de Temperatura: 0 a 70°C (Comercial). • Confiabilidade (MTBF): mínimo 1.800.000 horas. • Compatível com cabo óptico breakout 1x MPO para 4x LC OS2. • Compatível com o Switch Dell EMC S5232F-ON 32 portas 100G QSFP28. • Garantia: Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. 	UND.
37	390879	1021419	<p>Transceptor Óptico 100GBASE-SR4 QSFP28 MPO-12/UPC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transceiver óptico para porta de 100Gbps no formato QSFP28 (Form Factor). • Taxa de Dados: 100Gbps. • Conformidade: FCC, CE, RoHS, REACH, MSA, IEEE 802.3bm, Infiniband FDR, 100GBASE Ethernet. • Comprimento de Onda: 850nm VSCSEL Laser (4 canais de 25G em 850nm). • Distância Máxima: 100 metros OM4. • Tipo de Fibra (Media): Multi-Mode Fiber (MMF) - Multimodo 50/125µm OM4. • Conector: MTP/MPO 12F Fêmea. • Potência de Transmissão (TX Power): -8.4 ~ 2.4dBm. • Potência Mínima do Receptor: < -10.3dBm. • Recursos Adicionais: DDM/DOM suportado (Monitoramento Digital em Tempo Real), Hot-swappable. • Faixa de Temperatura: 0 a 70°C. • Confiabilidade (MTBF): mínimo 2.000.000 horas. • Compatível com o Switch Dell EMC S5232F-ON 32 portas 100G QSFP28. • Garantia: Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. <p>Modelo de referência:</p> <p>100GBASE-SR4 QSFP28 850nm 100m MMF MTP/MPO DDM, transceptor óptico Miljet (MJ-QSFP100G-SR4)</p>	UND.

38	619814	1019921	<p>SSD Externo 2TB, USB Tipo-C 3.2 Gen 2</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo de dispositivo: SSD externo (estado sólido)</p> <p>Capacidade de armazenamento: 2 TB (terabytes)</p> <p>Interface de conexão: USB 3.2 Gen 2 ou superior (compatível com USB-C ou USB-A)</p> <p>Velocidade de leitura: Mínima de 1.000 MB/s (megabytes por segundo)</p> <p>Velocidade de gravação: Mínima de 900 MB/s (megabytes por segundo)</p> <p>Compatibilidade: Windows 10 ou superior, macOS 11 ou superior, Linux</p> <p>Alimentação: Via porta USB (não requer alimentação externa)</p> <p>Material do invólucro: Alumínio ou material resistente a impacto</p> <p>Dimensões físicas: Máximo de 120 mm x 80 mm x 20 mm</p> <p>Peso: Máximo de 300 g</p> <p>Resistência: Deve ser resistente a quedas de até 2 metros de altura ou mais</p> <p>Requisitos de segurança: Suporte a criptografia AES 256 bits (hardware ou software)</p> <p>Garantia mínima: 3 (três) anos contra defeitos de fabricação</p> <p>Acessórios incluídos: Cabo USB compatível e manual de instruções</p> <p>Modelos de referência:</p> <p>Samsung T7 Portable SSD 2TB</p> <p>SanDisk Extreme Portable SSD 2TB</p>	UND.
39	608238	1021420	<p>Módulo de Ventilação Cooler/Fan Servidor</p> <p>Especificações:</p> <p>Dimensões nominais: 40 mm x 40 mm.</p> <p>Arquitetura/Tipo: Contra-rotativo (CR) de alta pressão estática e alto desempenho, específico para regime de operação contínua em servidores.</p> <p>Aplicação: Destinado à refrigeração de módulos de fonte de alimentação (PSU) e/ou área de placas de Entrada e Saída (I/O).</p> <p>Conectividade: Conector elétrico e interface física padrão Plug-and-Play, com suporte a controle de rotação via PWM.</p> <p>Compatibilidade Obrigatória: O item deve ser 100% compatível com a arquitetura de hardware existente da marca Dell, garantindo o perfeito encaixe mecânico, pinagem elétrica e comunicação lógica. Deve ser plenamente reconhecido pelo sistema de gerenciamento nativo do servidor (iDRAC), sem gerar alarmes falsos de falha de rotação, incompatibilidade ou erros no painel.</p> <p>Modelo de Referência de Qualidade:</p> <p>Original Dell 40MM CR PSU/IO ou equivalente tecnológico de qualidade igual ou superior.</p>	UND.
40	479217	1018063	<p>Câmera de Vídeo Videoconferência Full HD</p> <p>Resolução de Vídeo: Alta definição total (Full HD) de no mínimo 1080p a 30 quadros por segundo (fps), ou 720p a 30 quadros por segundo (fps).</p> <p>Foco: Sistema de foco automático (autofoco) rápido e preciso, garantindo imagens nítidas mesmo em movimento.</p> <p>Lente: Lente de vidro de alta precisão com tecnologia de correção de luz automática, permitindo gravação e transmissão claras mesmo em ambientes com pouca iluminação.</p> <p>Campo de Visão (FOV): Diagonal de, no mínimo, 78 graus (Widescreen).</p> <p>Áudio: Sistema de captação de áudio integrado composto por 02 (dois) microfones omnidirecionais posicionados em ambos os lados da câmera, com tecnologia de redução de ruído ambiente, garantindo áudio estéreo natural.</p> <p>Segurança e Privacidade: Presença de tampa/obturador de privacidade integrado ou removível (inclusive no pacote), que permita cobrir a lente fisicamente quando o dispositivo não estiver em uso.</p> <p>Conectividade: Interface Plug-and-Play via conexão USB-A (cabo integrado com comprimento mínimo de 1,5 metros).</p> <p>Fixação/Montagem: Clipe universal articulado e universal, compatível com tripés (rosca padrão de 1/4 de polegada), monitores de LCD, LED, CRTs ou notebooks.</p> <p>Compatibilidade de Sistema: Compatibilidade nativa (sem necessidade de drivers complexos) com os sistemas operacionais Windows® 10 ou superior, macOS 10.10 ou superior, Chrome OS™ e Android™ v 5.0 ou superior.</p> <p>Compatibilidade de Software: Otimizada para as principais plataformas de videoconferência (Microsoft Teams, Zoom, Google Meet, Skype) e suporte a softwares de customização e captura do fabricante.</p> <p>Padrão de Referência:</p> <p>Logitech C920s Pro HD (Part Number: 960-001257) ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.</p>	UND.
41	619778	1002990	<p>Câmera de Vídeo Videoconferência UHD 4K</p> <p>Especificações:</p> <p>Para videoconferência com controle por gestos para zoom/enquadramento, microfones com cancelamento de ruído, sensor CMOS de 1/2", foco automático, zoom digital 4x, rastreamento IA, suporte HDR, conexão USB-C.</p>	UND.

42	614214	1021352	Abraçadeira Plástica em Nylon 300 x 4,7 mm (Pacote com 100 unidades). Especificações: Confeccionada em Poliamida 6.6 (Nylon 66) de alta resistência. Dimensões de 300 mm de comprimento por 4,7 mm de largura, resistência mínima à tração de 35,5 kgf (350N). Cor [Natural/Transparente para uso interno OR Preta com proteção UV para uso externo]. Sistema de travamento por catraca plástica autoextinguível. Referência de mercado: HellermannTyton (Modelo T80I), 3M ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	PCT.
43	631859	1021353	Abraçadeira Plástica em Nylon de Alta Resistência, 390 x 7,6 mm, Cor Preta. Especificações: Confeccionada em Poliamida 6.6 (Nylon) flexível, autoextinguível (padrão UL94 V2). Dimensões mínimas de 390 mm de comprimento por 7,6 mm de largura. Resistência mínima à tração de 53,5 kgf (535N). Cor preta, com estabilização térmica e proteção contra raios UV (uso interno e externo). Sistema de travamento por catraca interna de alta retenção. Referência de mercado: HellermannTyton (Modelo T120R) ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	PCT.
44	411136	1001592	Apagador Magnético para Quadro Branco e Quadro de Vidro. Especificações: Corpo ergonômico em plástico injetado ou EVA de alta densidade. Base apagadora confeccionada em tecido de microfibras ou feltro sintético de alta absorção, que realize a limpeza a seco sem riscar ou deixar manchas residuais. Equipado com sistema magnético interno (ímã) para fixação em superfícies metálicas. Dimensões aproximadas de 15 x 6 cm. Marcas de referência: Pilot, Cortiarte, Waleu, Desq ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UNID.
45	262442	1014062	Apoio de Pulso Ergonômico em Gel para Teclado, cor Preta. Especificação: Apoio de pulso para teclado confeccionado em gel de alta resiliência, com revestimento superior em tecido preto liso, macio e de baixo atrito. Base inferior dotada de propriedades antiderrapantes que garantam a aderência em superfícies lisas. Dimensões de 450 mm de comprimento, 93 mm de largura e 25 mm de altura. Produto projetado para prevenção de LER/DORT, atendendo aos requisitos da NR17. Marcas de referência: Kensington, Maxcrl (Waleu), Multi ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UNID.
46	625317	1002074	Caixa Arquivo Permanente 250x130x350mm Especificações: Produto: Caixa para Arquivo Morto / Permanente Material: Polipropileno alveolar (plástico tipo "novaonda"), impermeável e lavável. Dimensões Mínimas (AxLxP): 350 mm x 130 mm x 250 mm (tolerância de +/- 5mm). Sistema de Montagem: Dobrável, com travamento por encaixe rápido (dispensa uso de cola ou fita adesiva). Recursos de Manuseio: Possuir vincos para dobra, furação/alça lateral para transporte e área externa texturizada ou impressa para identificação de conteúdo (campos para data, setor e assunto). Cor: Azul. Apresentação/Embalagem: Pacote contendo 05 unidades.	PCT.
47	394784	1000905	Bloco de Notas Adesivas Reposicionáveis, 38 x 50 mm, Cores Neon. Especificação: Bloco de recados autoadesivos com folhas reposicionáveis. Dimensões de 38 mm x 50 mm. Bloco com 100 folhas. Cores sortidas em tons neon de alta visibilidade (Ex: rosa, amarelo, verde, laranja). Adesivo de excelente fixação que permita colar e descolar repetidas vezes sem danificar a superfície e sem deixar resíduos de cola. Papel de gramatura mínima de 70g/m². Marcas de referência: Post-it (3M), Tilibra, Eagle ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	PCT.
48	629168	1001717	Caneta Esferográfica Azul 1.0mm Tipo Bic Cristal - Caixa com 50 Unidades	CX
49	279257	1021354	Caneta Corretiva Ponta Metálica 7ml Especificação: Tipo de Corretor: Líquido à base d'água Embalagem: Caneta com ponta metálica Volume Líquido: 7 mL Uni. Med: Unidade Marca de Referência: Faber Castell	UNID.
50	428782	1000924	Caneta Marca Texto Gel Amarelo SuperSoft Especificação: Tipo de embalagem: Blister Material do corpo: Plástico Tipo de ponta: Redonda Tipo de tinta: Gel Superfícies recomendadas: Papel, Vidro, cartolina, TNT Espessura do traço: 3.5 mm Marca de Referência: Faber Castell - SuperSoft, SM/1557	UND.
51	327605	1021791	Cartolina 150g 50x66cm Cores Mistas Cartolina 150g, 50cm x 66cm, Cores mistas, card set, Spiral - PT 10 UN	PCT.

52	471411	1021792	Canetinha Hidrografica Triangular 6 Cores Canetinha Triangular Jumbo 6 Cores CX 1 UN Marca de Referência: Faber-Castell	PCT.
53	312299	1001113	Cola em Bastao 40g Marcas de referência: Pritt (Henkel), Faber-Castell, Bic, Scotch (3M) ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UNID.
54	628594	1000945	Cola Branca Liquida 40g Adesivo líquido à base de PVA (água), peso líquido de 40g. Produto atóxico, lavável e livre de solventes. Secagem transparente após a aplicação. Frasco plástico flexível dotado de bico dosador com sistema de vedação que impeça o entupimento e o ressecamento do produto. Certificação compulsória de segurança aplicável. Marcas de referência: Tenaz (Henkel), Faber-Castell, Bic, Acrilex ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UND.
55	617778	1014145	Etiqueta Adesiva Codificacao 12mm Verm. Etiqueta adesiva p/ codificação 12mm vermelha PT 210 UN Referência: TP12VM Pimaco	PCT.
56	617778	1014145	Etiqueta Adesiva Codificacao 12mm Verde Etiqueta adesiva p/ codificação 12mm verde PT 210 UN Referência: TP12VD Pimaco	PCT.
57	617778	1014145	Etiqueta Adesiva Codificacao 12mm Laranja Etiqueta adesiva p/ codificação 12mm laranja PT 210 UN Referência: TP12LR Pimaco	PCT.
58	617778	1014145	Etiqueta Adesiva Codificacao 12mm Azul Etiqueta adesiva p/ codificação 12mm azul PT 210 UN Referência: TP12AZ Pimaco	PCT.
59	483450	1002216	Fita Adesiva Transparente 45mm x 100m Fita adesiva transparente 45mm x100m Durex Largo - fita para embalagem	UND.
60	412098	1021793	Fitalho Decorativo Metalizado para Presente, Cor Dourada. Confeccionado em polipropileno ou poliéster de alta flexibilidade, com acabamento metalizado brilhante na cor dourada uniforme. Largura padrão para laços (entre 5mm e 10mm). Material maleável que permita o efeito de frisagem/ondulação com o uso de lâmina sem desfiar. Rolo contendo 50 metros lineares acondicionados em carretel. Marcas de referência: Cromus, Albano, Carber ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UND.
61	237006	3008967	Bateria Alcalina 9V Kit c/ 02 unidades de Bateria Alcalina tamanho 9v 2, com tecnologia que preserva a energia das pilhas que ainda não foram usadas, por até 10 anos	KIT
62	419859	1019102	Pilha Alcalina Pequena AA Kit c/ 16 unidades de Pilha Alcalina tamanho AA, com tecnologia que preserva a energia das pilhas que ainda não foram usadas, por até 10 anos	KIT
63	320155	1019101	Pilha Alcalina Palito AAA Kit c/ 16 unidades de Pilha Alcalina tamanho AAA, com tecnologia que preserva a energia das pilhas que ainda não foram usadas, por até 10 anos	KIT
64	626829	1021794	Mini Prendedor Multiuso em Plástico Colorido (pacote com 10 unidades). Especificação: Confeccionado em plástico injetado de alta resistência, com acabamento liso e cores vibrantes sortidas. Equipado com mola metálica de alta pressão com tratamento antiferrugem. Tamanho miniatura (comprimento aproximado de 3 cm). Indicado para organização de papéis, fixação de recados e fechamento de embalagens leves. Embalagem com 10 unidades. Referência de mercado: Easy Office (Ref: 305005) ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	PCT.
65	335866	1007168	Mouse Pad Ergonomico Gel Preto 22x24cm Mouse Pad com apoio de punho em gel; composição: tecido, gelatina de silicone e poliuretano, na cor: preta com dimensões aproximadas de: 22,6 x 24,8 x2,5	UNID.
66	254199	1000985	Papel A4 Papel A4, medindo 210x297mm, alcalino, 75gr/m, resma com 500 folhas branca, com certificações de sustentabilidade FSC e o CERFLOR/PEFC. Marca de Referência: Chamex	UNID.
67	451554	1002193	Pasta Arquivo L A4 Pasta Arquivo L A4 Cristal 220 MM X 310 MM, pacote com 10 unidades	PCT.
68	432309	1020863	Pincel Marcador Permanente Branco 1.0mm Pincel marcador permanente na cor branca, ponta de 1.0mm, corpo em alumínio, escreve em papel, plástico, vidro, tecido, cerâmica, porcelana, madeira e metais, tinta à prova d'água depois de seca e com alto grau de cobertura, tempo de secagem 20 a 30 segundos, blister com 18,8g.	UND.

69	396418	1011327	Marcador Permanente Preto Duas Pontas Pincel marcador permanente na cor preta, 2 pontas (extra-fina 0.4mm e fina 1.0mm), escreve em papel, plástico, vidro, tecido, cerâmica, madeira e metais, tinta à prova d'água depois de seca e com alto grau de cobertura, tempo de secagem 12,5 a 22,5 segundos, blister com 15g.	UND.
70	409978	1001024	Pincel Marcador Permanente p/ Flip Chart, cor: Azul Pincel Marcador para Flip Chart, na cor Azul, de alta pigmentação, ponta redonda, ogiva em fibra acrílica ou poliéster, espessura do traço de 2,0 mm a 3,0 mm, a tinta podendo ser a base de água ou álcool de secagem rápida (atóxica) e tampa com sistema de vedação que evita o ressecamento da ponta.	UND.
71	409980	1001025	Pincel Marcador Permanente p/ Flip Chart, cor: Preta Pincel Marcador para Flip Chart, na cor Preta, de alta pigmentação, ponta redonda, ogiva em fibra acrílica ou poliéster, espessura do traço de 2,0 mm a 3,0 mm, a tinta podendo ser a base de água ou álcool de secagem rápida (atóxica) e tampa com sistema de vedação que evita o ressecamento da ponta.	UND.
72	409979	1001026	Pincel Marcador Permanente p/ Flip Chart, cor: Verde Pincel Marcador para Flip Chart, na cor Verde, de alta pigmentação, ponta redonda, ogiva em fibra acrílica ou poliéster, espessura do traço de 2,0 mm a 3,0 mm, a tinta podendo ser a base de água ou álcool de secagem rápida (atóxica) e tampa com sistema de vedação que evita o ressecamento da ponta.	UND.
73	409982	1001027	Pincel Marcador Permanente p/ Flip Chart, cor: Vermelha Pincel Marcador para Flip Chart, na cor Vermelha, de alta pigmentação, ponta redonda, ogiva em fibra acrílica ou poliéster, espessura do traço de 2,0 mm a 3,0 mm, a tinta podendo ser a base de água ou álcool de secagem rápida (atóxica) e tampa com sistema de vedação que evita o ressecamento da ponta.	UND.
74	394476	1002142	Pincel Marcador quadro branco recarregável azul Pincel Marcador para quadro branco, na cor azul recarregável, com pigmentação de alta visibilidade, ponta cônica em acrílico ou feltro, espessura do traço: de 2,0 mm a 3,0 mm, corpo em resina plástica resistente, formato ergonômico e tampa com fechamento hermético (anti-ressecamento).	UND.
75	352980	1002196	Pincel Marcador quadro branco recarregável preta Pincel Marcador para quadro branco, na cor preta recarregável, com pigmentação de alta visibilidade, ponta cônica em acrílico ou feltro, espessura do traço: de 2,0 mm a 3,0 mm, corpo em resina plástica resistente, formato ergonômico e tampa com fechamento hermético (anti-ressecamento).	UND.
76	352927	1021355	Pincel Marcador quadro branco recarregável verde Pincel Marcador para quadro branco, na cor verde recarregável, com pigmentação de alta visibilidade, ponta cônica em acrílico ou feltro, espessura do traço: de 2,0 mm a 3,0 mm, corpo em resina plástica resistente, formato ergonômico e tampa com fechamento hermético (anti-ressecamento).	UND.
77	352928	1002141	Pincel Marcador quadro branco recarregável, cor vermelha Pincel Marcador para quadro branco, na cor vermelha recarregável, com pigmentação de alta visibilidade, ponta cônica em acrílico ou feltro, espessura do traço: de 2,0 mm a 3,0 mm, corpo em resina plástica resistente, formato ergonômico e tampa com fechamento hermético (anti-ressecamento).	UND.
78	246362	1002907	Rotulador eletrônico portátil PTM 95BK, preto, Brother Método de impressão: transferência térmica; pilhas utilizadas AAA ou adaptador AD24A; teclado QWERTY; portátil; imprime 9 estilos de texto, 10 estilos de molduras; Desenhos/templates embutidos: 8 padrões de modo Deco; Símbolos incorporados: 210; Estilos de fontes: Normal, Negrito, Contorno, Sombra, Itálico, Negrito itálico, Contorno itálico, Sombra itálico, Vertical; Fontes: Helsinki; Alinhamento horizontal: À esquerda; Recursos do rotulador: Inserir texto, Desligamento automático, Impressão vertical; Número máximo de cópias impressas: 9; Altura máxima de impressão (mm): 8; Número de tipos de moldura: 10; Itens inclusos: 1 rotulador; 1 fita inicial preto sobre branco de 12mm X 4m; guia do usuário	UNID.
79	243921	1004880	Saco plástico fino transparente, tamanho A4 com 2 furos (pacote com 50 Unidades) Saco Plástico Transparente, tamanho A4, com 2 furos, em polipropileno (PP) de alta transparência (tipo cristal), espessura fina (entre 40 e 60 micras), livre de ácido (não adere ao papel/impressão). Marcas de referência: Yes, Dello, ACP ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	PCT.
80	474498	1021795	Sacola G para presente papel 32x26,5x13cm, na cor ouro Sacola G para presente papel 32x26,5x13cm, na cor ouro, devendo apresentar papel de alta gramatura (mínimo 150g/m²), acabamento metalizado uniforme na cor ouro, alças resistentes com reforço no ponto de fixação e base estruturada (fundo reforçado). Marca de referência: Cromus (Modelo 1002046),	UND.
81	474498	1021796	Sacola M para presente, Preta, 21,5x15x8, 14000316, Cromus - PT 1 UN Sacola para Presente, Tamanho M, Cor Preta, confeccionada em papel de alta gramatura (mínimo 120g/m²), cor preta fosca uniforme com pigmentação de alta qualidade (sem manchas), com dimensões aproximadas de 21,5 cm (A) x 15 cm (L) x 8 cm (P), alças em cordão trançado preto com fixação segura, estrutura com fundo e aba superior reforçados para sustentação de carga média. Marca de referência: Cromus (Ref: 14000316) ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UND.

82	264716	1020867	Suporte Articulado Mesa com Pistão a Gás e Ajuste de Altura, 1 Monitor de 17" a 35" Suporte de mesa articulado para 01 (um) monitor de 17" a 35", sistema de movimentação por pistão a gás com capacidade de carga de 2 kg a 9 kg, compatível com padrão VESA 75x75mm e 100x100mm, com ajuste de inclinação vertical (+85° a -30°), rotação de tela em 360° (retrato/paisagem) e guias integradas para organização de cabos, deverá vir acompanhado dos kits para fixação por morsa e por parafuso passante, em conformidade com a NR17. Marcas de referência: ELG (F80N), NB (North Bayou F80) ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UND.
83	628629	1002908	Suporte Articulado de Mesa com Pistão a Gás e Ajuste de Altura, 2 Monitores de 17" a 35" Suporte de mesa articulado para 02 (dois) monitores de 17" a 35". Sistema de movimentação por pistão a gás com capacidade de carga de 2 kg a 9 kg por braço. Compatível com padrão VESA 75x75mm e 100x100mm. Ajuste de inclinação vertical (+85° a -30°), rotação de tela em 360° (retrato/paisagem) e guias integradas para organização de cabos. Incluso kits para fixação por morsa e por parafuso passante. Produto certificado ou em total conformidade com a NR17. Marcas de referência: ELG (F160N), NB (North Bayou F160) ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UND.
84	624252	1018751	Tesoura Multiuso em Aço Inox 8" (21 cm) Tesoura multiuso em aço inox, com comprimento total de 21 cm (8 polegadas), lâminas confeccionadas em aço inoxidável com tratamento térmico para alta durabilidade do fio de corte, com cabo ergonômico injetado em polipropileno de alta resistência, com encaixe anatômico para os dedos, fixação central por parafuso ou rebite metálico que garanta a firmeza e o perfeito alinhamento das lâminas. Marcas de referência: Tramontina (Linha Supercort/Multiuso), Mundial ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade.	UND.
85	361781	1021356	Tinta Reabastecedor p/pincel p/quadro branco, cor: Azul Tinta Reabastecedor p/pincel atômico/quadro branco, cor Azul, volume de 35 a 40ml	UND.
86	332399	1021357	Tinta Reabastecedor p/pincel p/quadro branco, cor: Preta Tinta Reabastecedor p/pincel atômico/quadro branco, cor Preta, volume de 35 a 40ml	UND.
87	329317	1021358	Tinta Reabastecedor p/pincel p/quadro branco, cor: Verde Tinta Reabastecedor p/pincel atômico/quadro branco, cor Verde, volume de 35 a 40ml	UND.
88	289594	1021359	Tinta Reabastecedor p/pincel p/quadro branco, cor: Vermelha Tinta Reabastecedor p/pincel atômico/quadro branco, cor Vermelha, volume de 35 a 40ml	UND.
89	282562	1021360	Tinta Reabastecedor p/pincel Permanente p/ Flip Chart, cor: Azul Tinta Reabastecedor para marcador permanente, cor Azul, volume de 35 a 40ml, alta fixação, secagem rápida	UND.
90	282563	1021361	Tinta Reabastecedor p/pincel Permanente p/ Flip Chart, cor: Preta Tinta Reabastecedor para marcador permanente, cor Preta, volume de 35 a 40ml, alta fixação, secagem rápida	UND.
91	286210	1021362	Tinta Reabastecedor p/pincel Permanente p/ Flip Chart, cor: Verde Tinta Reabastecedor para marcador permanente, cor Verde, volume de 35 a 40ml, alta fixação, secagem rápida	UND.
92	286218	1021363	Tinta Reabastecedor p/pincel Permanente p/ Flip Chart, cor: Vermelha Tinta Reabastecedor para marcador permanente, cor Vermelha, volume de 35 a 40ml, alta fixação, secagem rápida	UND.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Embrapa Agricultura Digital

A Empresa sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada por, abaixo assinado, propõe à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, a proposta de preços, conforme item 2 do Termo de Referência, nas seguintes condições:

EXEMPLO:

a) Preços:

Item	Descrição do Item	Qtde	Uni. Med.	R\$ Uni.	R\$ Total
01				R\$	R\$
02				R\$	R\$
03				R\$	R\$
R\$ Total					R\$

Valor total da proposta R\$ (valor por extenso)

- b) A entrega e instalação dos materiais será feita no local previsto no Edital de referido processo licitatório, sem ônus para a EMBRAPA.
- c) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, embalagens, seguros, carga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços desta Licitação.
- d) O prazo máximo de entrega dos materiais é de até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento (AF).
- e) Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**.
- f) Garantia de substituição do produto ofertado em caso de defeito de fabricação
- h) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Dados bancários:

Banco:.....
 Agência:.....
 Conta-corrente:.....

Nome e Cargo do Representante da Empresa
Identidade nº.

ANEXO III – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**

N.º

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por intermédio de sua Unidade _____, com sede no(a) _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº _____ de _____ de _____ de 200____, publicada no _____ de _____ de _____, portador da matrícula funcional nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº _____/200____, publicada no _____ de _____/_____/200____, processo administrativo n.º _____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de materiais de consumo (material elétrico, hidráulico, de manutenção e ferramentas), novos e de primeiro uso**, para atendimento das necessidades operacionais, administrativas e finalísticas de pesquisa da Embrapa Agricultura Digital, sediada em Campinas/SP, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20____, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do Termo Referencia	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o (nome da Unidade)....

3.2. Além da Unidade Gerenciadora, [não há] ou [são] órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

☐ 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

☒ 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE DA ATA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no site da Embrapa ou no DOU ou no PNCP (se for o caso), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 81 da Lei nº 13.303/2016 ou, no caso de participação de órgão ou entidade da Administração Direta, na forma da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica do órgão ou entidade envolvida).

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site da Embrapa ou no PNCP (se for o caso) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Embrapa convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Embrapa, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do Inciso VI do art. 81 da Lei nº 13.303/2016;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no Termo de Referência de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica da entidade envolvida).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas no edital, na Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica da entidade envolvida).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da entidade aplicadora da sanção).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da entidade aplicadora da sanção), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades

participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Empresa

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

Nº do Processo SEI: _____

Data de emissão: _____

Hipótese legal:

() Pregão Eletrônico N.º ____/____ - IV do art. 32 da Lei 13.303/2016 () SRP N.º ____/____ - art. 66 da Lei 13.303/2016

() Dispensa de Licitação N.º ____/____ - ____ do art. 29 da Lei 13.303/2016

() Inexigibilidade de Licitação N.º ____/____ - ____ do art. 30 da Lei 13.303/2016

1.1. Amparo Legal: Lei 13.303/2016, Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 e art. 122 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - RLCC, em especial, as disposições constantes de sua Seção I - do anexo I.**1.2. Vinculação:**1.2.1. Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).

1.2.2. Termo de Referência, Anexo 1 do presente instrumento.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**Razão Social:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**Nome Fantasia:** Embrapa Agricultura Digital**CNPJ:** 00.348.003/0116-60**Inscrição Estadual:** 244325440115**Endereço:** Avenida André Tosello, 209, Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Campus da Unicamp, bairro Barão Geraldo.**Cidade/UF:** Campinas/SP**CEP:** 13.083-886**Telefone:** (19) 3211-5700**Contato:** _____**E-mail:** cnptia.sps@embrapa.br**3 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATADO****Razão social:** _____**Endereço:** _____**CEP:** _____**Cidade:** _____**CNPJ/MF:** _____**FONE/FAX:** _____**E-mail:** _____**Site:** _____**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PELA EMPRESA E ASSINATURA DO CONTRATO****NOME:** _____**RG:** _____**CPF:** _____**DADOS BANCÁRIOS:** _____**4 - OBJETO E VALOR**

4.1. O presente instrumento tem por objeto _____, deverão ser fornecidos conforme quantidades, especificações e condições gerais contidas no Termo de Referência.

4.2. Descrição do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	_____	Unidade	_____	R\$ _____	R\$ _____
Total					R\$ _____

Valor Total por Extenso: R\$ _____**5. INFORMAÇÕES FINANCEIRA**

UG ORÇAMENTÁRIA	NOTA DE EMPENHO	FONTE	QUANTIDADE	PTRES	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/ND	VALOR
135027	Nota de Empenho (SEI nº _____)	_____	_____	_____	_____	R\$ _____

6 - DADOS PARA FATURAMENTO:**Razão Social:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**Nome Fantasia:** Embrapa Agricultura Digital**CNPJ:** 00348003011660**Inscrição Estadual:** 244325440115

Endereço: Avenida André Tosello 209 Campus da Unicamp Barão Geraldo

Cidade/UF: Campinas/SP

CEP: 13083-886

Telefone: (19) 3211-5700 - 5792

Contato: Marcos Fernandes / Silvia / Joel

E-mail para envio da Nota Fiscal - Arquivo XML - Declaração do Simples: cnptia.sof@embrapa.br

6.1.1. Anotações obrigatórias que deverão constar na Nota Fiscal/Fatura: Número da conta corrente, nome e código da agência e do banco do CONTRATADO.

7. DA ENTREGA:

Local de entrega: Almoxarifado da Embrapa Agricultura Digital

CEP: 13083-886

Contato: _____

Horário: Das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30

Prazo de entrega: Em até 30 dias corridos, a contar da assinatura desta Autorização de Fornecimento pelo contrato.

7.1. O presente instrumento poderá ter sua vigência alterada, observado o artigo 135 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

7.2. Caso o atraso na execução decorra de ação ou omissão do CONTRATADO, a prorrogação não prejudicará a abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA), se for o caso.

7.3. Caso haja necessidade de prorrogação do prazo de vigência estipulado no quadro acima, o CONTRATADO deverá enviar, para o e-mail **cnptia.sps@embrapa.br**, no prazo máximo de **05** dias que antecedem o fim da vigência do presente instrumento, pedido formal de prorrogação de prazo assinado pelo representante legal da empresa, com os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo e a documentação comprobatória.

7.4. O processo administrativo de prorrogação, deverá observar, ainda, as disposições constantes do item 7 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Pagamento: **até 30 dias corridos**, após a efetiva entrega do(s) material(ais)/equipamentos, comprovados mediante o correspondente documento fiscal.

8.2. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo CONTRATADO.

8.3. Por ocasião do processamento do pagamento, constatando-se incorreção nos documentos apresentados, especialmente na Nota Fiscal/Fatura discriminativa, estes serão restituídos para as correções pertinentes. O prazo de pagamento será integralmente restituído e somente terá reinício após a entrega dos documentos devidamente sanados, não respondendo a Embrapa por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação.

8.4. A Embrapa promoverá, quando for o caso, a retenção de impostos/taxas/contribuições, na forma da legislação vigente.

8.5. O CONTRATADO deverá enviar para o e-mail relacionado no item 6 a declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica (original) assinada e com a identificação do representante legal conforme anexo II, III e IV da IN RFB1234/2012 e suas alterações (se for o caso) que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços. (Art. 6º IN RFB 1234/2012)

8.5.1. Caso não seja apresentada a Declaração citada, será feita a retenção tributária devida.

8.6. O recebimento do equipamento ou material fica condicionado ao prévio envio do arquivo XML pelo fornecedor para o e-mail relacionado no item 6, conforme Cláusula Primeira do Ajuste SINIEF 08/2010.

8.7. Aplica-se, ainda, as condições de pagamento constantes do item 2 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

9. GARANTIA

☒ Não haverá exigência de garantia para a presente contratação.

☐ Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do *Termo de Referência*, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, bem como o item 4 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

10. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. As condições gerais de execução estão disciplinadas expressamente no item 1 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Dar integral cumprimento a sua proposta e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.2. Cumprir o(s) prazo(s) de entrega previsto(s) no item 7 deste instrumento contratual.

11.3. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

11.4. Fornecer equipamentos/materiais/produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso, entregando-os nos endereços indicados e na forma e condições estabelecidas no *Termo de Referência*.

11.5. Prestar, sempre que consultado, todos os esclarecimentos solicitados pela Embrapa relacionadas à contratação.

11.6. Atender pronta e imediatamente às reclamações que porventura lhes forem apresentadas.

11.7. Comunicar à Embrapa, por escrito, justificadamente, todas as ocorrências decorrentes de qualquer irregularidade detectada, especialmente por ocasião da entrega dos equipamentos/materiais/produtos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da ocorrência.

11.8. Comunicar à Embrapa, com antecedência, qualquer problema retardador ou que impossibilite a execução contratual segundo os requisitos estabelecidos ou de atendimento dos prazos programados. Esta comunicação não impedirá a aplicação de penalidades, mas sua ausência poderá ser motivo de agravamento das penas impostas.

11.9. Entregar Termo de Garantia dos produtos/materiais/equipamentos fornecidos, que deverá estar de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.10. Substituir os produtos/materiais/equipamentos que apresentarem defeitos dentro do prazo de validade e da garantia, no prazo estabelecido na notificação da Embrapa.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento, por parte do CONTRATADO, das obrigações contratuais assumidas ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a) advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;
- b) pelo atraso na entrega do objeto descrito no item 4 do presente instrumento, em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á o CONTRATADO ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste Contrato, com aplicação das demais penalidades decorrentes;
- a.1) Sem prejuízo das multas moratórias já incorridas, com o acolhimento das justificativas apresentadas e no interesse exclusivo da Embrapa, o Gestor poderá decidir pela manutenção contratual, ainda que atingido o limite fixado na alínea "a", deste subitem. Neste caso, o Gestor contratual deverá fixar prazo adicional.
- a.2) descumprido o prazo adicional fixado, sem que tenha ocorrido o fornecimento, será considerado inadimplemento total do objeto, com a consequente rescisão contratual e aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item não entregue;
- c) pela não entrega do objeto descrito no item 4 do presente instrumento, caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela CONTRATANTE ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á o CONTRATADO, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;
- d) entregar os equipamentos/produtos/materiais fora das especificações constantes do *Termo de Referência*: até 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, para cada evento.
- e) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pela alínea anterior: até 10% (dez por cento) do valor global da proposta, para cada evento.

12.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, o CONTRATADO poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos;

12.3. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

12.5. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade: a) Recolhidas à Conta Única da da União, por meio de GRU, espontaneamente; b) executadas das garantias prestadas; c) compensadas com créditos que, eventualmente, o CONTRATADO tenha a receber; d) formas de cobrança previstos em Lei.

12.6. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

12.7. As penalidades previstas não poderão ser relevantes, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devida e formalmente justificados e comprovados.

12.8. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração de uma das condutas tipificadas no inciso IV do art. 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos arts. 6º e 7º da 12.846/2013.

13. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO - PAA

13.1. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações às obrigações assumidas por força deste instrumento, a Embrapa adotará o procedimento de acordo com o Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).

14. EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente instrumento poderá ser extinto de acordo com o item 6 da Seção I do anexo I do [Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa](#), nas hipóteses previstas na legislação, bem como nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

15. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As regras sobre proteção de dados pessoais estão disciplinadas na forma do item 8 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

16. COMPLIANCE

16.1. As partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

16.2. Adicionalmente, as partes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.

II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.

III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.

IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.

V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) parte(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.

VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.

VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

16.3. As partes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partes desenvolvem suas atividades.

16.4. O presente instrumento poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta Cláusula.

17. DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

17.1. As Partes reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. O extrato do presente Contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

19. FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Circunscrição Judiciária de Campinas/SP, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento, na data constante da última assinatura das Partes.

Pela **EMBRAPA**

[assinado eletronicamente]

Nome

Matrícula:

Chefe Geral

[assinado eletronicamente]

Nome

Matrícula:

Chefe Adjunto de Administração

Pelo **CONTRATADO**

[assinado eletronicamente]

FORNECEDOR

Representante Legal

Testemunhas:

[assinado eletronicamente]

Nome

Matrícula:

[assinado eletronicamente]

Nome

Matrícula:



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Caputi, Chefe-Adjunto**, em 26/06/2026, às 13:41, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13734727** e o código CRC **B99CFE12**.